



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 21/26

FL. N.º 43

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2026**

N.º 2/2026 - Quadriénio 2025/2029

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho:

HORA: Sessão agendada para as 9 horas de 21 de fevereiro de 2026.

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD

Presidente da Assembleia Municipal: Adriana Helena Silva Rodrigues;

1.º Secretário: António Fernando de Pina Marques;

PS

2.ª Secretária: Joana Filipa Correia de Almeida.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO PSD (PPD/PSD)

- Ana Rita Fernandes Martins;
- Carlos Nuno de Oliveira Pinho;
- Célia Maria dos Santos Tavares;
- André Albano Caravela Machado;
- Maria Paula Barbosa Leite de Pinho;
- Vítor Manuel Marques de Pinho;
- Ana Letícia de Pinho Correia;
- J.F. Arões - Sílvia Daniela Costa Domingos;
- J.F. Cepelos - Fernanda Maria Tavares Gonçalves;
- J.F. Junqueira - Baltasar Almeida Lages;
- J.F. Rôge - Constantino Martins Pinho.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CDS (CDS/PP)

2026.02.21

- José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que chegou durante as intervenções previstas na alínea d) do PAOD, como então se fará referência;
- José António Abrantes Soares de Almeida;
- Rita Alexandra Alves Casal;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- João Carlos da Silva Pinho;
- Adélia Maria Araújo Boucinha;
- Jorge Manuel Santos Silva;
- Sónia Isabel Vide de Almeida Rodrigues Sá;
- J.F. São Pedro de Castelões - Carlos Alberto de Pinho Tavares;
- J.F. U. Freg. Vila Chã, Codal e VCP - Cristina Maria Vasconcelos Quintas.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO PS

- Albino Luís Soares de Almeida;
- J.F. Vítor de Sousa Tavares.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA

- Maria José Gomes de Aguiar;
- Armando de Oliveira Martins de Pina.

Estava presente, em representação da Câmara Municipal, conforme a alínea r) do artigo 35.º, Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, o Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, acompanhado pelos vereadores, Sérgio Miguel dos Santos Soares, Mónica Pinto Seixas, Nelson da Silva Martins, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares. -----



Pelas nove horas e quinze minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 27 Membros, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Adriana Helena Silva Rodrigues, declarou aberta a sessão. -----**

Cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão através das redes sociais e, em nome da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, leu a seguinte: -----

EXPRESSÃO DE PESAR:

“Pelas consequências devastadoras das tempestades que atingiram o nosso País nas últimas semanas, em particular, a tempestade “Kristin” que provocaram perdas humanas, materiais e imateriais de enorme dimensão. Neste momento de dor e consternação, queremos manifestar a nossa solidariedade para com as famílias enlutadas, com todos os que sofreram danos nas suas habitações, nos seus meios de subsistência e nas suas comunidades e com todos aqueles cujas vidas foram profundamente afetadas por estes acontecimentos. Partilhamos do sofrimento das populações atingidas e prestamos sentida homenagem à memória das vítimas, bem como a todos os que enfrentam as consequências desta tragédia. -----

Dirigimos igualmente uma palavra de reconhecimento, solidariedade e apoio a todos os autarcas e autarquias locais dos territórios afetados, que em circunstâncias particularmente difíceis tem estado na linha da frente na resposta às populações, procurando atender às necessidades mais urgentes e contribuir para a recuperação das suas comunidades. -----

É também muito justo reconhecer o empenho, a dedicação das equipas de socorro, dos profissionais de emergência e de todas as entidades que têm estado no terreno a apoiar as populações afetadas. A este propósito, informa a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, que já fizemos chegar uma missiva de apoio institucional aos Municípios mais diretamente atingidos, expressando a nossa proximidade, a nossa solidariedade e a total disponibilidade neste momento tão difícil que, estou certa de ser subscrita por todos os Membros desta Assembleia. -----

2026.02.21

Que a memória das vítimas e a dimensão das perdas sofridas nos unam no respeito, na solidariedade e no compromisso com o bem comum.” -----

De seguida propôs um voto de pesar pelo falecimento do **Reverendo Padre Joaquim Valente Martingo, seguido de um minuto de silêncio.** -----

“O Reverendíssimo Padre Joaquim Valente Martingo nasceu a 2 de junho de 1937, na Freguesia de Moldes, concelho de Arouca, tendo sido ordenado sacerdote a 6 de agosto de 1961. -----

Figura de singular relevo humano, espiritual e social, tornou-se presença marcante e estruturante da comunidade Valecambrense, quando, em 2 de outubro de 1977, assumiu o múnus pastoral da Paróquia de São Pedro de Castelões. Aí desenvolveu, ao longo de décadas, uma ação profundamente dedicada ao serviço da Igreja e das populações, pautada por uma entrega generosa e constante ao próximo, com especial atenção aos mais pobres, frágeis e desprotegidos, que acompanhou e amparou, tanto no plano material como no espiritual. -----

Dotado de vasta cultura, pensamento profundo e elevada sensibilidade humana, distinguiu-se por uma invulgar capacidade de acolhimento e por uma permanente disponibilidade para servir. A dimensão da sua obra pastoral, social e humanitária encontra expressão nos inúmeros testemunhos de gratidão daqueles que, direta ou indiretamente, beneficiaram da sua ação solidária, marcada por profundo sentido de missão, espírito de serviço e autêntica caridade cristã. -----

Presença serena e orientadora, referência moral e espiritual para sucessivas gerações, foi também incansável dinamizador da vida comunitária e promotor do bem comum. Exerceu igualmente o múnus pastoral na Paróquia de Cepelos desde 2 de abril de 1990, mantendo-se fiel ao seu ministério até 12 de setembro de 2021, data em que concluiu formalmente a sua missão pastoral, coroando um percurso de décadas inteiramente dedicadas ao serviço da Igreja e da comunidade, com incedível zelo e abnegação. --



O seu contributo para o desenvolvimento humano, social e espiritual de Vale de Cambra é amplamente reconhecido e constitui legado duradouro na memória coletiva do concelho. Em reconhecimento do seu mérito excecional e da sua dedicação à causa pública e ao bem comum, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, na reunião de 15 de abril de 2011, atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Município, com o título de “Cidadão Honorário de Vale de Cambra”, por ocasião das suas Bodas de Ouro sacerdotais. A distinção foi aprovada igualmente por unanimidade e aclamação pela Assembleia Municipal, em sessão de 28 de abril de 2011, como expressão do reconhecimento institucional e coletivo da comunidade Valecambrense. -----

Inspirados nas palavras de Santo Agostinho — “A morte não é nada. Eu somente passei para o outro lado do caminho.” — também o Reverendíssimo Padre Joaquim Valente Martingo realizou essa derradeira travessia. No passado dia 17 de fevereiro de 2026, aos 88 anos de idade, partiu serenamente ao encontro da eternidade, deixando entre nós o testemunho luminoso de uma vida inteiramente consagrada ao serviço de Deus e dos homens. -----

A sua memória permanecerá indissociavelmente ligada à história contemporânea de Vale de Cambra, como exemplo maior de dedicação pastoral, serviço desinteressado e compromisso com a dignidade humana. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão de 21 de fevereiro de 2026, delibera manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Reverendíssimo Padre Joaquim Valente Martingo, prestando-lhe sentida e respeitosa homenagem, e endereçar à sua família, às comunidades paroquiais e a todos quantos com ele privaram as mais sinceras condolências. -----

Vale de Cambra, 21 de fevereiro de 2026” -----

A Assembleia Municipal aprovou o voto de pesar por unanimidade e guardou um minuto de silêncio. -----

2026.02.21

De seguida deu início à análise e discussão dos assuntos que constam da

Ordem de Trabalhos que se transcreve:

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----
- b) Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 09 de dezembro de 2025; -----
- c) Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2025; -----
- d) Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de janeiro de 2026; -----
- e) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1. Proposta da Mesa da Assembleia Municipal: Constituição de Grupo de Trabalho para a Celebração do 25 de Abril de 1974; 25 de novembro de 1975; e dos 50 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas; -----
- 2. Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra – proposta; -----
- 3. Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra – Proposta; -----
- 4. Informação Municipal, conforme alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL; -----
- 5. Contas do 1.º Semestre de 2025; -----
- 6. Demonstração do Desempenho Orçamental de 2025; -----
- 7. Alteração Orçamental Modificativa; -----
- 8. Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026; -----
- 9. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Área Central da Vila de Macieira de Cambra e da Operação de Reabilitação Urbana; -----
- 10. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Área Central da Cidade de Vale de Cambra e da Operação de Reabilitação Urbana; -----
- 11. Carta Municipal de Habitação de Vale de Cambra; -----
- 12. Apoio à Junta de Freguesia de Junqueira, no âmbito da organização do VI Concurso de Bovinos de Raça Arouquesa / Arestal 2026; -----



13. CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Apresentação de Relatório do ano 2025; -----
 14. Comissão Alargada da CPCJ – Designação de representante da Assembleia Municipal na Comissão; -----
 15. Moção proposta pelo GM Chega: Revisão do Plano Diretor Municipal na Zona Industrial de Codal e suspensão de procedimentos urbanísticos por risco para infraestruturas e segurança das populações; -----
 16. Moção proposta pelo GM Chega: Pelas populações afetadas pelas cheias no Município de Vale de Cambra – e pela urgente concretização do novo acesso ao lugar do Barbeito (São Pedro de Castelões); -----
 17. Moção apresentada pelo GM PPD/PSD: Pela solidariedade com as populações afetadas e rápida e sustentável implementação de soluções e planos de resiliência. -----
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o n.º 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última versão. -----
- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. ---

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, nos termos do disposto no artigo 19.º do regimento da assembleia Municipal:-----

A Sr.ª Presidente da Mesa referiu nada haver de relevante a comunicar. -----

Com as devidas correções, foram colocados à votação em conjunto, os documentos das alíneas b), c) e d). -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, aprovar a ata da sessão extraordinária de 09 de dezembro de 2025; -----

c) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2025. -----

2026.02.21

d) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 12 DE JANEIRO DE 2026: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, aprovar a ata da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026. -----

e) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais inscritos. ----

- Victor Tavares (JF-M. Cambra) cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Destacou que as recentes tempestades causaram várias ocorrências no concelho, agradecendo a prontidão na atuação da Proteção Civil, Câmara Municipal, Bombeiros e Juntas de Freguesia na resposta e mitigação dos danos. -----

Apontou várias causas para os problemas que surgiram, como má gestão de linhas de água, obstrução de drenagens, impermeabilização de solos, falhas em redes de saneamento e subdimensionamento de infraestruturas, referindo também impactos da zona industrial da Farrapa e do abandono da agricultura. -----

Defendeu a necessidade de planeamento preventivo nas obras e adaptação a fenómenos climáticos extremos, frisando que a Proteção Civil é uma responsabilidade partilhada entre entidades públicas e população. -----

- Cristina Quintas (JF. UFVC,C e VCP) cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, agradeceu à Proteção Civil, Câmara Municipal e Bombeiros pela rápida resposta às ocorrências advindas das intempéries, manifestando também solidariedade para com todas as populações, em especial, as mais afetadas. -----

- Constantino Pinho cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----



Relativamente à inundação em frente ao Centro Cívico de Rôge, congratulou-se pela rápida e eficaz resposta do Executivo, que mobilizou meios técnicos e humanos para reduzir os danos causados pela forte chuva. Agradeceu também à Proteção Civil e aos Bombeiros pelo profissionalismo e pela atuação na proteção da população e de todo o património afetado. -----

- **Carlos Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Questionou a gestão do Centro de Artes e Espetáculos, infraestrutura emblemática que promove a cultura e cria hábitos de fruição artística, defendendo a necessidade de maior planeamento, transparência e definição de uma política pública clara. Frisou a falta de divulgação do respetivo orçamento e plano de atividades, bem como a falta de esclarecimento sobre o modelo de governação, regras de decisão, estratégia cultural e política de bilhética. -----

Levantou ainda dúvidas sobre critérios de custos, receitas e sustentabilidade do CAE, bem como sobre a participação de agentes culturais locais na programação. -----

Apontou exemplos concretos de decisões financeiras e contratuais que considera pouco claras, questionando a metodologia utilizada, o enquadramento jurídico e a conformidade com as regras da contratação pública, referindo-se a um pagamento fracionado de um único espetáculo, bem como a metodologia de cálculo de custo-benefício para apurar o retorno estimado, nomeadamente em setores de atividade, como a restauração e os outros, para se suportar certas opções. -----

Concluiu alertando para o risco de decisões casuísticas comprometerem a transparência, a sustentabilidade do CAE e a confiança dos munícipes, exigindo uma política cultural estruturada e responsabilidades bem definidas. -----

- **José Soares** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

2026.02.21

Referiu-se ao reconhecimento de 15 empresas de Vale de Cambra com o selo PME Excelência em 2024, frisando o seu elevado contributo económico para o concelho.---

Referiu que o Município se destaca no Distrito de Aveiro pelo número de empresas distinguidas por habitante e pela forte percentagem de exportações. -----

Elogiou ainda o trabalho de proximidade do Presidente da Câmara Municipal com o tecido empresarial e a criação da ligação à A32, considerada importante para impulsionar o desenvolvimento económico local. -----

- **Albino Almeida** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Disse ter feito uma análise aos dados de utilização do Hospital de Santa Maria da Feira por utentes de Vale de Cambra em 2024 e 2025, considerando-os alarmantes devido ao elevado número de atendimentos, internamentos e consultas, sobretudo em urgências, que implicam grande deslocação diária da população. -----

Defendeu que esta dependência hospitalar deve ser contestada por afetar diretamente a saúde e a vida dos munícipes, alertando para a vulnerabilidade do sistema em situações de grande afluência. -----

Comparou com outras situações de pressão hospitalar noutras regiões e reforçou a necessidade de implementação da resposta local. -----

Por fim, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da proposta para criação de um Serviço de Urgência Básica em Vale de Cambra e se já foi remetida às entidades competentes.

- **A Sra. Presidente da Mesa** solicitou ao Deputado Municipal Albino Almeida, a partilha da sua informação nas redes sociais da Assembleia Municipal, por esta ser bastante valiosa e do interesse de todos. -----

- **Armando Pina** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----



No âmbito das intempéries, deu nota da falta de resposta do Executivo ao pedido do levantamento de dados sobre zonas de risco e questionou ainda a ausência de estudos preventivos, representando esta atitude, uma passividade do Município perante possíveis riscos. -----

Pediu informações sobre a contratação da empresa responsável pela iluminação de Natal, questionando se foi a mesma que prestou serviços em tempo de campanha do atual Presidente da Câmara Municipal e manifestou o seu descontentamento face à recusa da Câmara Municipal lhe fornecer documentação sobre processos judiciais, considerando haver, nesta negação de dados, falta de transparência e um obstáculo à fiscalização democrática, defendendo que os eleitos, neste caso, do órgão deliberativo, têm direito à informação, afirmando que o Executivo se esconde atrás de questões legais para não divulgar informação, apelando à Sr.ª Presidente da Assembleia, para garantir esse direito, exigindo maior transparência e responsabilidade política por parte do Presidente da Câmara Municipal. -----

- **Ana Rita Martins** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Manifestou o seu contentamento pela confirmação da ligação da ZI de Lordelo/Codal à A32, atribuindo-a à cooperação entre o Executivo Municipal e o Governo, bem como ao trabalho do PSD, no caso, os que se encontram em funções junto dos departamentos governamentais. -----

Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclarecimentos sobre a obra de habitação partilhada (ELH) em Ramilos, especialmente quanto à remoção de um pilar e responsabilidades financeiras, advindas desta remoção; o ponto de situação da requalificação do bar da praia fluvial, como o calendário e financiamento; sobre a intervenção na ETAR de Ossela, respetivos custos e financiamento municipal e quanto à segurança da Barragem Eng. Duarte Pacheco, em caso de intempéries. -----

2026.02.21

No âmbito das últimas intempéries, elogiou a atuação dos Bombeiros Voluntários e da Câmara Municipal no apoio às populações afetadas e pediu que fossem novamente explicados, publicamente, os esclarecimentos dados em reunião da Câmara Municipal, sobre um caso apresentado por um munícipe, relativo a infiltrações causadas por folhas das árvores de grande porte situadas na zona pedonal junto ao Lago dos Cisnes, para garantir que todos os cidadãos possam ficar esclarecidos. -----

- **João Carlos Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Começou por se referir às tempestades de 28 de janeiro que afetaram Vale de Cambra, causando cheias, quedas de muros, árvores, taludes e destruição de infraestruturas. Perante estas ocorrências colocou várias questões, como, se foi feito o levantamento dos prejuízos, quais os meios de proteção e socorro utilizados, se o concelho poderá receber apoios do Governo apesar de não estar na lista de calamidade, que medidas já foram tomadas para responder aos danos e o que será feito no futuro para prevenir ocorrências semelhantes. -----

Neste âmbito, louvou e parabenizou a Câmara Municipal, pela iniciativa de reunir um conjunto alargado de voluntários, dos Serviços e de diversos privados, que se deslocaram à região de Leiria/Marinha Grande, para colaborar na recuperação de casas e empresas afetadas pela tempestade “Kristin”. -----

Sobre a ponte e reta da Batalha, em Cepelos, frisou que os representantes políticos eleitos e ali presentes deviam agir sempre em defesa dos interesses de Vale de Cambra, mencionando a esse propósito, o voto contra do PSD numa proposta na Assembleia da República que visava a reabilitação daquela Ponte, questionando a coerência na atitude, dadas as visitas de Membros do Governo ao concelho e as promessas feitas. Referiu que apesar de outros partidos se terem absterido e outros votado a favor, a proposta foi rejeitada, face aos votos contra. Frisou que os eleitos locais do PSD, tanto no plenário da Assembleia da República, como nesta Assembleia Municipal, deviam



defender e agir em prol de Vale de Cambra e não apenas afirmar o compromisso com Vale de Cambra, daí referir a incoerência entre o discurso de defesa do concelho e a prática política. -----

Uma questão financeira ali evocada, foi a da preocupação com as contas do CAE, questão que entende por talvez haver o receio de possíveis dívidas futuras. No entanto, o orçamento já é conhecido por estar inserido no Orçamento da Câmara Municipal, já aprovado por esta Assembleia Municipal, constituindo esse orçamento, um investimento e uma aposta na cultura, considerando que devem, sim, preocupar-se mais com a sustentabilidade financeira a longo prazo, lembrando situações passadas de endividamento. -----

Sobre as acusações de “incompetência democrática”, rejeita-as e defende que o funcionamento da democracia tem, em si, a separação de poderes “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, não é mais um 24 de abril de 1974 onde predominavam os 3 poderes, ou seja, e nas suas palavras “os três Salazares”. -----

Conclui criticando estilos políticos autoritários ou centralizados, reafirmando o seu compromisso com uma prática democrática. -----

- **A Sra. Presidente da Mesa**, por ter sido visada, respondeu à intervenção, frisando que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra tem como função principal fiscalizar a Câmara Municipal, e não outras entidades como a Assembleia da República, sendo essencial distinguir claramente as competências entre órgãos autárquicos e nacionais. Esclareceu ainda que o Deputado João Carlos Pinho não pode interpelá-la apenas por ser simultaneamente Deputada Municipal da Nação e Deputada Municipal. No entanto, por a interpelação ter sido dirigida à Mesa, informou que irá partilhar com todos, nas redes sociais, a audiência que teve com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, sobre a reta da Batalha. -----

Nessa audiência, disse ter também defendido a ligação de Vale de Cambra à A32, referindo que o processo tem histórico, envolvendo também iniciativas de grupos

2026.02.21

parlamentares do PSD, contrariando a ideia de que teria sido apenas uma ação isolada do Presidente da Câmara Municipal. -----

Abordou ainda a necessidade de um estudo para encontrar uma solução para toda a zona da Batalha, devido às dificuldades causadas pelo estreitamento da estrada na ligação à parte alta do concelho, em vez de apenas uma requalificação da ponte. -----

Por fim, destacou a importância de esclarecer estes assuntos publicamente, tanto para os presentes como para quem acompanha a sessão online, garantindo-se, assim, a reposição da verdade dos factos. -----

- **Maria José Aguiar** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Congratulou o trabalho da Proteção Civil, dos serviços municipais e bombeiros no socorro das populações na sequência das intempéries recentemente ocorridas. -----

De seguida, afirmou o crescimento do Chega a nível nacional e também local, registando-se pela primeira vez em Vale de Cambra a sua representação no órgão deliberativo do Município. -----

Criticou o PSD por alegado desnorte e o CDS por descida da curva política, bem como o “casamento” do PS com ambas as forças políticas, coligações consideradas incoerentes, que levam a uma perda de identidade, defendendo o seu partido como a única e verdadeira força de direita no concelho, afirmando que este atua sempre em defesa dos interesses da população. -----

Questionou ainda o agendamento da sessão da Assembleia Municipal para um sábado de manhã, considerando-o pouco adequado para a participação dos cidadãos, sugerindo que isso fosse tido em conta no futuro. -----

Por fim, confirmou a informação da votação contra do PSD, referida pelo Deputado Municipal João Carlos Pinho, sobre uma proposta legislativa que englobava a ponte de Cepelos, e comentou que outras posições políticas tomadas nesse âmbito, tanto iniciativa do Chega como dela própria, tiveram o mesmo desfecho. -----



Sobre a menção aos “três Salazares”, respondeu que a liderança de André Ventura bastava no espaço político da direita. -----

No decorrer da intervenção seguinte, chegou à sessão o Deputado Municipal José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. -----

- **Célia Tavares**, cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Disse pretender fazer um esclarecimento político sobre a proposta de tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos, frisando o impacto destes serviços essenciais nas famílias, empresas e nas finanças do Município. -----

Referiu que a autarquia não cobre integralmente os custos destes serviços, existindo um défice significativo, especialmente nos resíduos urbanos, o que acaba por ter de ser suportado pelo orçamento Municipal e limitar o investimento. -----

Defendeu também a necessidade de melhor controlo e informação sobre consumos, através da instalação de contadores em todos os pontos de água fornecida, para identificar com rigor perdas, consumos e outras ocorrências. -----

Pelo relatório da ERSAR, seria necessário um aumento muito elevado das tarifas para cobrir integralmente os custos (cerca de 190%), disse. Contudo a proposta Municipal prevê aumentos bastante inferiores, o que não resolve o problema estrutural, apenas o adia. Alertou ainda para o serviço de resíduos que é classificado como de qualidade insuficiente, questionando qual a justiça de aumentar tarifas sem melhorar a qualidade do serviço. -----

Pela leitura do relatório da ERSAR, alerta para uma melhor atenção a possíveis falhas de fundamentação técnica e risco de incumprimento do enquadramento legal e financeiro das autarquias. -----

Apresentou várias questões sobre a gestão dos serviços de água, saneamento e resíduos em 2026, nomeadamente sobre qual o plano e estratégia plurianual para corrigir os défices, incluindo fases, metas e impacto nas tarifas, defendendo que devem

2026.02.21

ser evitadas decisões isoladas e avulsas, garantir que as tarifas serão socialmente justas e financeiramente sustentáveis, sem prejudicar o orçamento Municipal, bem como esclarecimentos sobre a robustez das projeções e a gestão dos riscos financeiros e operacionais. -----

Relativamente aos resíduos, perguntou que medidas concretas estão previstas para melhorar a qualidade do serviço, atualmente classificado como insuficiente, e em que prazos. -----

Concluiu defendendo que o Executivo deve apresentar um plano claro, com caminhos e prazos definidos, em vez de se limitar a indicar aumentos percentuais anuais. -----

- **Jorge Silva** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Referiu-se inicialmente à tempestade “Kristin”, destacando os seus impactos graves na zona centro do País, com prejuízos económicos significativos, e criticou o uso político da tragédia por dirigentes e partidos. -----

Ficou surpreso com as declarações proferidas pelo Deputado Municipal, João Carlos Pinho, quanto ao comportamento de um dos partidos com grandes responsabilidades em Vale de Cambra e concordou com as questões relacionadas com a gestão das águas pluviais, apontadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, defendendo soluções de pavimentação menos impermeabilizante, um bom planeamento urbano e menos eleitoralismo nas obras. -----

Alertou para riscos associados à Barragem Eng. Duarte Pacheco e questionou a responsabilidade pela sua gestão; defendeu ainda a necessidade de maior atenção às alterações climáticas e à gestão florestal, elogiando iniciativas de florestação anteriores e apelando à sua continuidade; criticou os custos das comissões da Assembleia Municipal e pediu melhor controlo dos gastos públicos, referindo que os recursos são limitados; solicitou também o agendamento das sessões da Assembleia Municipal em dias úteis devido a constrangimentos pessoais. -----



Por fim, colocou várias questões ao Presidente da Câmara sobre a resposta dos edifícios requalificados após a intempérie e sobre a avaria do gerador do Centro de Saúde, pedindo esclarecimentos sobre custos e soluções adotadas. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Deputado Jorge Silva e reforçou que a Assembleia Municipal tem como função fiscalizar o Executivo e não a sua própria atuação. Frisou ainda a cooperação entre PSD, CDS e o Presidente da Câmara Municipal na defesa dos interesses de Vale de Cambra. -----

Esclareceu que o PSD não segue propostas do Chega a nível nacional, tendo uma estratégia própria. Informou também, que está previsto para o primeiro trimestre de 2026 o estudo da ligação da Zona Industrial Lordelo-Codal, bem como um estudo para resolver os problemas da reta da Batalha, após reunião com o Ministro das Infraestruturas e o Presidente da Câmara Municipal. -----

Concluiu defendendo a importância de repor a verdade dos factos e de garantir que a Assembleia Municipal informa corretamente os munícipes. -----

- **Maria Paula Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Solicitou esclarecimentos sobre o processo de contratação da iluminação de Natal de 2025, tal como tem sido reiteradamente pedido pelo vereador José Miguel Aguiar em reunião da Câmara Municipal, referindo que o aumento de custos em relação ao ano anterior e a falta de respostas claras do Executivo levantam dúvidas, questionando a transparência do procedimento de consulta prévia, parecendo-lhe haver possíveis problemas na escolha das entidades convidadas, alegadas ligações familiares entre empresas e dúvidas sobre a adequação da sua atividade ao serviço contratado. Referiu ainda que a empresa adjudicatária também terá sido beneficiária de outros contratos municipais. -----

Face a estes pressupostos, levantou preocupações sobre possíveis violações das regras de concorrência do Código dos Contratos Públicos, sobre a transparência e informou

2026.02.21

da existência de outros operadores que poderiam ter sido convidados e o risco de fracionamento de despesa entre diferentes procedimentos. -----

Concluiu exigindo respostas claras, documentadas e verificáveis. -----

- **Fernanda Gonçalves (JF Cepelos)** -----

Sobre a proposta do Chega, disse não saber se a proposta visava a Ponte de Cavalos que não é a ponte que fica na reta da Batalha, mas sim uma ponte histórica junto a umas alminhas num caminho romano, que fazia a ligação entre Cepelos e Rôge, servindo também para as pessoas que se deslocavam para Viseu, enquanto a outra fica na Estrada Nacional 227 e é conhecida como a ponte da Batalha ou a ponte da reta da Batalha, sendo nessa infraestrutura que existe o problema do estrangulamento do tráfico, que tem causado graves problemas de acesso viário, não só à Freguesia de Cepelos, mas também às Freguesias de Junqueira e Arões, implicando limitações às empresas localizadas acima dessa zona na sua atividade, e conseqüente saída de outras, não se verificando fixação de novas, porque a rede viária não tem condições para transportar ou comercializar a respetiva produção. Apelou para a urgente intervenção na ponte da Batalha, como fator essencial para alavancar o desenvolvimento da parte alta do concelho. -----

- **Armando Pina**, no seguimento da intervenção anterior, afirmou que qualquer cidadão pode recorrer ao artigo 163 do Código de Processo Civil para obter documentação, alegando que a Câmara Municipal se “esconde” na lei em vez de fornecer os documentos. -----

Felicitou o Deputado Municipal João Carlos Pinho pelo trabalho de pesquisa do que se passa na Assembleia da República, mas sobre uma declaração sua quanto à separação de poderes, “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, questionou se a conjuntura em que foram proferidas é parecida com a presente, de ocultar, esconder e de falta de transparência. -----



Mais disse que alguns intervenientes fazem campanha política na Assembleia Municipal, não compreendendo certas intervenções, mencionando a do Deputado Municipal Jorge Silva. -----

Manifestou preferência por outros horários para as sessões da Assembleia, em vez de sábado de manhã, finalizando a intervenção com uma frase anteriormente referida, "que não são precisos três Salazares, bastava um André Ventura". -----

- **A Sra. Presidente da Mesa** esclareceu que esta foi a primeira sessão realizada num sábado de manhã desde o início do mandato, mas que irá ponderar a possibilidade de voltar ao formato habitual, com sessões à sexta-feira ou à segunda-feira à noite. -----

- **João Carlos Pinho** afirmou que a Assembleia Municipal deve fiscalizar a Câmara Municipal, e defendeu que os cidadãos também devem acompanhar a atuação dos Deputados nacionais, reforçando que a sua intervenção teve como objetivo a defesa dos interesses de Vale de Cambra. -----

Negou ter feito campanha política e esclareceu que as coligações locais existem para governar o concelho de Vale de Cambra, posição muito acima da dos partidos. Respondeu ainda às críticas sobre a curva e representatividade do CDS na Assembleia da República, afirmando que este partido continua com maior representação e presença política do que o Chega em vários Municípios, outras entidades nacionais e europeias.-----

Sobre o tarifário da água, defendeu a manutenção de preços baixos, alertando contra aumentos elevados e destacando que Municípios vizinhos praticam valores muito mais altos, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que assim se mantenha. -----

Por fim, considerou que questões colocadas pelo vereador em reunião da Câmara Municipal devem ser resolvidas no âmbito do Executivo Municipal, sem necessidade de serem trazidas para a Assembleia como forma de mediação. -----

Regista-se uma INTERRUPÇÃO

2026.02.21

A **Sr.ª Presidente da Mesa** esclareceu que as questões foram dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e devem ser respondidas pelo Executivo, reforçando a separação de competências entre órgãos, concedendo de novo a palavra ao Deputado Municipal. -----

- **João Carlos Pinho** agradeceu o esclarecimento e afirmou não pretender interferir nas respostas do Executivo e concluiu, sugerindo à Deputada Municipal Maria Paula Pinho, a leitura do Código dos Contratos Públicos antes de fazer críticas sobre contratação pública. -----

- **Albino Almeida** explicou que a colaboração entre PS e CDS no Executivo não deve ser vista como “casamento”, como parafraseou Deputada Municipal Maria José Aguiar, mas sim como responsabilidade para garantir a governabilidade do concelho, evitando bloqueios políticos e promovendo a resolução de problemas locais, sendo diferente do alegado sobre a “coligação”, cuja intenção foi não bloquear o concelho quando o CDS não tinha maioria absoluta, tendo o PS optado por uma solução responsável, que visa contribuir para a gestão diária do Município e no interesse dos Valecambrenses. -----

- **José Soares de Almeida** afirmou que Vale de Cambra tem um dos tarifários de água, saneamento e resíduos mais baixos da Área Metropolitana do Porto, pagando os munícipes cerca de 64% da média dos 17 concelhos. Defendeu que o CDS quer manter os preços baixos, mesmo com impacto no Orçamento Municipal, por se tratar de um serviço essencial. -----

Criticou também o Chega, dizendo que o CDS privilegia consensos e construção de pontes entre partidos, ao contrário do Chega, que sofreu renúncias de eleitos em várias autarquias. -----

- **Ana Rita Martins** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Afirmou ter sempre acompanhado e fiscalizado as contas do Executivo, rejeitando a ideia de que a preocupação seja recente, pois recente é o CAE. Criticou o Deputado



Municipal João Carlos Pinho pela menção às dívidas do saudoso ano de 2013, que já lá vai e há muito, e anunciou que o PSD irá continuar a fiscalizar as “contas certas” defendidas pelo CDS, que foi executivo nos últimos três mandatos. -----

Referiu ainda que nem todas as despesas do CAE são exclusivamente culturais e garantiu que o PSD manterá a sua atuação de fiscalização. -----

Respondendo a críticas injustas sobre a defesa dos interesses do concelho, sugeriu que a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal divulgasse o seu trabalho na Assembleia da República, e o que tem, efetivamente, feito quanto aos interesses de Vale de Cambra.--

- **Sílvia Domingos (JF Arões)** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online.-----

Parabenizou o Deputado Albino Almeida pelo trabalho realizado e desafiou-o a analisar dados sobre as aldeias mais afastadas do centro de Vale de Cambra. -----

Sobre questões colocadas relativamente às Juntas da zona alta do concelho, referiu que não tinha dados suficientes no momento, comprometendo-se a responder posteriormente. -----

Destacou ainda o consenso entre todos os Grupos Municipais quanto aos problemas na ponte e reta da Batalha, na EN227, frisando os constrangimentos e riscos, especialmente para os autocarros que circulam de e até à zona alta do concelho.-----

- A Sra. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

No uso da palavra, mostrou satisfação pelas intervenções ouvidas e por todas se focarem na melhoria da qualidade de vida da população. -----

No âmbito das condições meteorológicas adversas, como nevões na zona alta do concelho e a tempestade “Kristin”, que causaram vários prejuízos e ocorrências no concelho, deixou um agradecimento pelo trabalho e colaboração de todas as entidades envolvidas, destacando a Proteção Civil, Bombeiros, GNR, serviços municipais e Juntas de Freguesia, em que a cooperação foi essencial para minimizar os impactos e garantir a segurança dos munícipes. Agradeceu também à AECA, empresários, população em

2026.02.21

geral pelo apoio e doações que permitiram ajudar os concelhos mais afetados pelas intempéries, especialmente na região centro do País, incluindo o Distrito de Leiria. ---

Referiu que a Proteção Civil, Município e Bombeiros têm dado resposta eficaz às ocorrências no concelho e destacou o trabalho preventivo realizado, com reforço de meios operacionais, bem como a cedência de viaturas e equipamentos aos bombeiros, a aquisição de maquinaria para limpeza florestal e a oferta de veículos motorizados à GNR. -----

Referiu ainda estar em curso a reparação de estradas, com intervenção em cerca de 250 buracos identificados, apelando à colaboração da população e das Juntas de Freguesia para reportar novas situações. -----

Anunciou uma reunião urgente com a Proteção Civil para avaliar a segurança de edifícios, pontes e outras estruturas municipais, de forma a prevenir riscos em futuras ocorrências, reconhecendo que o Município não consegue responder a todas as situações de imediato, mas que, apesar disso, recebeu mensagens de munícipes a elogiar o trabalho dos serviços municipais e da Proteção Civil e todos continuarão a trabalhar para resolver os problemas no menor tempo possível. -----

Em resposta ao Deputado Municipal Carlos Pinho, afirmou que a aposta na cultura é uma prioridade estratégica do Executivo, com impacto económico, social e humano, e explicou que a programação do CAE é preparada por uma equipa própria, posteriormente avaliada pela Câmara Municipal, acrescentando que algumas questões levantadas poderiam ser evitadas com melhor conhecimento da informação já disponível na Agenda Cultural e nos canais do CAE, que já é uma referência cultural no Norte do País, frisando a sua programação regular de espetáculos com artistas nacionais e internacionais, sempre com grande afluência. -----

Referiu ainda, que a Câmara Municipal tem desempenhado um importante papel no apoio a jovens, associações, bandas filarmónicas e projetos culturais. -----



Mencionou também a requalificação do Centro Cultural de Macieira de Cambra, que tem elevada ocupação, incluindo sessões de cinema com casa cheia e utilização por várias associações locais e que o Centro Cívico de Rôge foi recentemente equipado com novos materiais, incluindo cadeiras, cortinas e melhorias no palco, sendo todas estas ações, um investimento na cultura no concelho. -----

Relativamente ao Centro de Saúde, respondendo à questão colocada, informou que o Município adquiriu um gerador, também destinado à Unidade de Cuidados Continuados, com um custo superior a 50 mil euros e que tem realizado reuniões com a ULS para melhorar os serviços, prevendo-se a introdução de meios, como raio-X e colheitas em 2026, além da reativação de serviços como medicina dentária e a abertura de um gabinete de podologia e ainda, a futura criação de um centro de fisioterapia e reabilitação, acrescentando que o edifício está em obras, com conclusão prevista para 2026, incluindo, além da requalificação interior, a exterior com o melhoramento dos acessos e do estacionamento. -----

Sobre as zonas de risco face às intempéries, referiu que já tinha esclarecido que estão previstas intervenções preventivas a eventuais situações idênticas às que ocorreram.

Quanto às dúvidas sobre empresas contratadas, afirmou que conhece as entidades que prestam serviços ao Município, mas não acompanha as campanhas políticas nem associa empresas a esses contextos, garantindo que pode apenas identificar os prestadores de serviços municipais. -----

Relativamente a processos judiciais, explicou que a consulta deve ser feita nos tribunais, onde os processos estão disponíveis, tendo a Câmara Municipal apenas respondido dentro do enquadramento legal. -----

Informou também, que após reunião com o Ministro das Infraestruturas, foi confirmado o avanço da ligação da A32 à zona industrial de Lordelo/Codal, destacando que este resultado é fruto do trabalho conjunto de vários executivos e entidades, frisando a importância da cooperação política para alcançar resultados positivos para

2026.02.21

o concelho. Como foi fruto de um esforço de todos e há longa data, presume que se todos trabalharem em conjunto, se conseguirão grandes coisas para Vale de Cambra.

Sobre a construção dos 20 fogos de habitação partilhada - ELH, em Ramilos, informou que deverá terminar em junho de 2026, altura em que também será concluída a rotunda e, conseqüentemente, retirado o pilar. -----

Referiu ainda que a praia fluvial deverá estar pronta em abril de 2026, incluindo a requalificação do edifício e da envolvente, estando prevista a sua concessão e abertura ao público já na próxima época balnear. -----

Relativamente à ETAR de Ossela, explicou que o investimento terá um custo significativo para o Município, embora parcialmente financiado, e que está a ser negociado um aumento da taxa de financiamento para reduzir o encargo Municipal. -

Esclareceu que a Barragem Eng. Duarte Pacheco não é gerida pela Câmara Municipal, mas sim por entidades externas, tendo sido solicitada uma inspeção técnica urgente para garantir a segurança da infraestrutura e para todos estarmos sossegados. -----

Sobre a Travessa de Santo António e área pedonal junto ao Lago dos Cisnes, informou que já visitou o local e, dentro do permitido por lei, os serviços irão proceder à poda e correção das árvores que estão demasiado altas. -----

Relativamente às intempéries, comunicou que solicitou às entidades competentes a inclusão de Vale de Cambra na Declaração de Contingência, tendo também pedido reforço institucional junto do Governo, estando o pedido em avaliação. -----

Manifestou satisfação por ter, pela primeira vez, a presença da Deputada Municipal Célia Tavares na sessão e sobre a sua intervenção, informou que Vale de Cambra tem o tarifário da água mais baixo da Área Metropolitana do Porto, apesar de pequenos aumentos devido à inflação e ao investimento necessário, nomeadamente no saneamento, frisando que manter tarifas baixas é uma decisão política para apoiar as famílias, mesmo reconhecendo o impacto negativo no Orçamento Municipal, existe a



garantia de que os munícipes pagam significativamente menos do que em concelhos vizinhos. -----

Acrescentou ainda que estão a ser implementadas medidas de controlo de consumos e será desenvolvido um estudo financiado pelo PT2030 para identificar produtores de resíduos e alargar a sua cobrança a todos os seus produtores, promovendo-se a cobertura total, tendo, assim, intenção de aumentar a rede de recolha com novos Ecopontos e preservar um tarifário social favorável às famílias, cuja crítica, não se justifica. -----

Relativamente a edifícios municipais, referiu apenas ocorrências pontuais de infiltrações sem gravidade, especificamente a do Centro de Saúde que se deveu à troca da cobertura na véspera das chuvas que ocorreram e que não se previam antes de terminados os trabalhos, procurando sempre que funcione normalmente e em pleno.

Sobre a iluminação de Natal, indicou que já prestou esclarecimentos e voltará a disponibilizar a informação, dizendo ainda que os procedimentos concursais cumpriram as regras legais e que, se alguma falha quiser apontar Deputada Municipal do PSD, em relação a esse procedimento de Consulta Prévia, a terá de identificar devidamente. -----

Esclareceu a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, dizendo que a proposta do Chega foi sobre a ponte de Cepelos, muitas vezes conhecida como a Ponte de Cavalos. -----

Sobre as incoerências em intervenções políticas e saudosismos desnecessários, recorda que nos anos oitenta, aquando da governação liderada pelo Dr. António Fonseca e pelo CDS, se fizeram muitas obras e que em 2013 este partido evitou a privatização da água, pois o PSD já tinha uma empresa pronta a ficar com a exploração da água, estando, neste momento, a gestão da água à responsabilidade da Câmara Municipal que, por opção, mantém um tarifário acessível, ao contrário do que seria, se

2026.02.21

tivesse sido privatizada; agora, disse, de nada adianta falar em obras do ano x ou y, porque senão andariam sempre a falar do passado. -----

A Sr.ª PRESIDENTE DA MESA deu início à Ordem do Dia, com a presença de 28 Deputados Municipais (21 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia): -----

Dado o adiantado da hora e, por se encontrarem presentes os moradores do lugar do Barbeito, tendo em conta a apreciação da Moção agendada no ponto 16 da Ordem do Dia, e ainda, por lhe ter sido pedida pelo Sr. Presidente da CPCJ, a antecipação do ponto 13 onde este faria a apresentação do Relatório anual daquela Comissão, bem como o ponto 14, respeitante à designação de representante da AM nessa Comissão Alargada da CPCJ, a Sr.ª Presidente da Mesa colocou à votação a antecipação dos pontos referidos, para primeiro, segundo e terceiro pontos a analisar, tendo o pedido sido aprovado por unanimidade do Plenário. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Primeiro ponto analisado:

16. MOÇÃO PROPOSTA PELO GM CHEGA: PELAS POPULAÇÕES AFETADAS PELAS CHEIAS NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA - E PELA URGENTE CONCRETIZAÇÃO DO NOVO ACESSO AO LUGAR DO BARBEITO (SÃO PEDRO DE CASTELÕES): -----

- O Deputado Municipal Armando Pina apresentou a Moção: -----

"A. Os recentes episódios de cheias e intempéries que afetaram diversos Distritos do País, designadamente o Distrito de Aveiro e, em particular, o concelho de Vale de Cambra, provocaram prejuízos materiais significativos, perturbações graves na vida quotidiana das populações e evidenciaram fragilidades estruturais ao nível da prevenção, planeamento territorial e resposta a fenómenos climáticos extremos; -----

B. Estes eventos vieram, uma vez mais, expor vulnerabilidades estruturais persistentes em determinadas zonas do concelho de Vale de Cambra, traduzidas em situações



AR

recorrentes de isolamento, insegurança e limitação de acesso a serviços essenciais, com impacto direto na qualidade de vida das populações;-----

C. O lugar do Barbeito, na Freguesia de São Pedro de Castelões, voltou a enfrentar uma situação de isolamento, com interdição de acessos, deixando residentes sem alternativas viárias, situação que agrava a vulnerabilidade de idosos, pessoas com mobilidade reduzida e agregados familiares em contextos de emergência; -----

D. Há várias décadas que tem vindo a ser anunciada e prometida a concretização de um novo acesso ao lugar do Barbeito pela parte alta do lugar, através de Cabril, obra reconhecida como estruturante para garantir redundância viária, segurança rodoviária e acesso permanente às populações; -----

E. “Anúncios” recentes de início de obra, traduziram-se lamentavelmente numa intervenção que ficou limitada a um troço residual, não cumprindo os objetivos fundamentais de assegurar uma alternativa viária efetiva e funcional, frustrando legítimas expectativas da população local; -----

F. A não concretização reiterada desta infraestrutura revela falhas de planeamento estratégico, incumprimento continuado de compromissos políticos assumidos por sucessivos executivos municipais, que antecedem este, traduzindo-se num desrespeito institucional pelas populações afetadas; -----

G. A proteção das populações, a prioridade à segurança das pessoas, a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento efetivo de compromissos assumidos são princípios basilares de uma governação autárquica séria, transparente e orientada para o interesse público; -----

H. Os fenómenos climáticos extremos tenderão a intensificar-se, exigindo uma política Municipal preventiva, baseada em planeamento territorial responsável, investimento em infraestruturas críticas e reforço da resiliência das comunidades; -----

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra delibera recomendar à Câmara Municipal de Vale de Cambra: -----

1. Manifestar solidariedade institucional para com as populações afetadas pelas cheias no concelho de Vale de Cambra e no Distrito de Aveiro, reconhecendo o impacto social, económico e humano destes acontecimentos; -----
2. Exigir ao Executivo Municipal e às entidades com responsabilidade na proteção civil e gestão do território a realização de uma avaliação rigorosa, técnica e transparente dos danos causados, assegurando apoio célere e eficaz às famílias e agentes económicos afetados; -----
3. Reiterar a necessidade urgente e inadiável de concretização do novo acesso ao lugar do Barbeito pela parte alta, via Cabril, qualificando esta obra como infraestrutura prioritária de interesse público local, essencial para prevenir futuras situações de isolamento e garantir condições mínimas de segurança e acessibilidade; -----
4. Recomendar à Câmara Municipal de Vale de Cambra que integre formalmente esta intervenção como prioridade inequívoca nos seus instrumentos de planeamento estratégico, planos de investimento e orçamentos municipais, com definição de cronograma concreto e publicamente monitorizável para a sua execução; -----
5. Defender que a política de investimento Municipal deve privilegiar infraestruturas críticas de segurança, mobilidade e coesão territorial, orientando os recursos públicos para as necessidades reais das populações, em detrimento de opções de despesa de menor impacto estrutural; -----
6. Apelar a uma estratégia Municipal integrada de prevenção de riscos naturais, incluindo a melhoria da drenagem urbana, ordenamento do território, manutenção de vias de acesso e articulação com entidades regionais e nacionais de proteção civil.” ---

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **João Carlos Pinho**, apesar da necessidade da realização desta ligação e melhoramento do acesso ao lugar do Barbeito, frisou ter havido menções consideradas ofensivas e incorretas, nomeadamente envolvendo o atual Vice-Presidente, Sérgio Soares, por terem sido implementadas por si, obras de interesse de particulares,



rejeitando essas afirmações, por não corresponderem à verdade, sendo as acessibilidades sempre colocadas em primeiro plano no que toca a mobilidade, tendo o lugar do Barbeito, prioridade. -----

- **Victor Tavares** (JF Mac.Cambra), a propósito de acessos, explicou que, na sua Freguesia, a situação do acesso da Travessa de São Bartolomeu já foi analisada no passado, sendo a falta de espaço para inversão de marcha já conhecida. -----
Indicou que o problema se deve à relutância da proprietária de terrenos em ceder área para domínio público, o que impede a continuidade da via até à estrada Luiz Bernardo de Almeida. -----

- **Carlos Pinho** (JF S.P. Castelões) agradeceu o apoio da Câmara Municipal, Proteção Civil e Bombeiros durante a tempestade em São Pedro de Castelões. -----
Frisou a importância da obra no lugar do Barbeito, que foi sempre uma preocupação da Junta e uma necessidade para este lugar, referindo ter sido crucial, no momento da intempérie, o apoio prestado pela Junta de Freguesia com uma viatura 4x4, sendo urgente a nova via de acesso, manifestando, por isso, o total apoio às populações de Barbeito e Areias. -----

- **Albino Almeida** concorda totalmente com o melhoramento dos acessos ao lugar do Barbeito e a outras zonas com limitações viárias, considerando isso uma prioridade, pelo que, questiona o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a previsão da realização desta obra. -----

Agradeceu publicamente ao Presidente da Câmara Municipal, à Proteção Civil e aos Bombeiros pela sua atuação durante a intempérie, destacando o apoio no terreno e a resposta técnica. -----

Referiu-se à preocupação dos moradores do lugar do Barbeito perante os riscos às habitações e apelou mais uma vez, ao Executivo, o planeamento que priorize a construção da via, não a considerando um luxo, mas sim uma necessidade que garante a segurança e evacuação das famílias em futuras situações de emergência. -----

2026.02.21

- **Vítor Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Mencionou o drama vivido pela população do Barbeito durante a tempestade, devido ao isolamento causado pelo aumento do caudal do rio e à inexistência de um acesso alternativo, já prometido, defendendo a urgência de uma solução, seja por uma via mais simples ou por uma ligação mais estruturante, dado que outras situações podem colocar em risco esta população. -----

Criticou décadas de promessas não concretizadas, como vários acessos e a ligação ao Santuário da Senhora da Saúde, apontando também problemas na qualidade das obras já realizadas, que demonstram desgaste, e a falta de planeamento para as zonas mais usadas, além da existência de construções praticamente em cima de caminhos, passeios, bem como outras situações onde o acesso é difícil, ou porque são demasiado estreitos dificultando ou impedindo a passagem de uma viatura de socorro ou por terem dois sentidos, quando a regra de apenas um sentido, facilitava a circulação de viaturas. -----

Em suma, alertou para dificuldades de acessibilidade em várias partes do concelho, com vias inadequadas e riscos para a circulação e socorro, defendendo a identificação dessas situações e a avaliação de áreas de risco, especialmente em zonas suscetíveis a derrocadas, especificamente as que têm construções implantadas. -----

Mais disse que o Lugar de Cabril já teve no passado, acesso pela EN 224-3 com ligação à EN 328 no lugar da Lombela até à Ponte de Cabril, estando na génese da sua construção a ligação à EN 224 em Ossela e ao atual IC2 em Pinheiro da Bemposta. ----

- **A Sra. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.**

Respondendo, disse reconhecer que o problema do Barbeito é antigo e a todos preocupa, havendo há vários anos vontade política para o resolver, embora sem sucesso até agora, momento em que, pelo impacto das intempéries, os moradores ficaram temporariamente isolados, que comprovou presencialmente, tendo o apoio



sido prestado no local pelas entidades competentes. Frisou que nunca houve intenção de abandonar a população do Barbeito e seria uma satisfação fazer todas as obras necessárias e poder ouvir um obrigado quando ele, ou qualquer um dos elementos do executivo, passa na rua, mas assim não acontece, não porque não o queiram, mas porque nem tudo se consegue, entendendo perfeitamente o sofrimento pelo qual as pessoas passaram, tendo por isso disponibilizado meios técnicos para dar, naquele momento, algum conforto aos habitantes. Informou que, em articulação com a REN, o estradão será requalificado até ao verão de 2026 e garantiu que a ligação Barbeito-Cabril será concretizada com carácter de urgência, melhorando a segurança, mobilidade e prevenção de incêndios. -----

Acrescentou ainda que outras intervenções viárias serão realizadas no concelho, reforçando que a melhoria de acessos e caminhos será uma prioridade no mandato para aumentar a qualidade de vida dos munícipes. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada para que, entre outras recomendações e apelos, seja concretizado um novo acesso ao lugar do Barbeito, Freguesia de S. Pedro de Castelões, onde, face às cheias e intempéries que recentemente afetaram o concelho de Vale de Cambra, e provocaram prejuízos significativos e perturbações graves na vida quotidiana das populações, este lugar enfrentou uma situação de isolamento, por não haver alternativas viárias. -----

- **A Sra. Presidente da Mesa** agradeceu a presença dos habitantes do Barbeito, dizendo-lhes que a Assembleia Municipal estaria disponível para acompanhar o processo bem como o que necessitarem. -----

Segundo ponto analisado:

13. CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DO ANO 2025:

Tendo previamente sido distribuído o Relatório, o Sr. Presidente da CPCJ de Vale de Cambra, Dr. José Carlos de Almeida Coelho apresentou breves linhas do trabalho da

2026.02.21

CPCJ em 2025, com 128 processos acompanhados, resultantes de novos casos, transitados, reabertos e remetidos, tendo a maioria sido arquivada após resolução das situações. Referiu também a existência de constrangimentos iniciais devido a alterações na Comissão Restrita que, entretanto, foram ultrapassados. -----

Informou que as principais entidades sinalizadoras são as Forças de Segurança e os estabelecimentos de ensino, verificando-se um aumento das sinalizações escolares e também denúncias anónimas. -----

As principais problemáticas identificadas foram a exposição à violência doméstica e a negligência familiar, tendo sido feito o acompanhamento dos diferentes casos pelas várias entidades locais, deixando um alerta para o aumento significativo de situações relacionadas com violência doméstica e o absentismo escolar. -----

Fez ainda um apelo à revisão legislativa sobre a composição das Comissões Restritas a nível nacional. -----

Por último, referiu estar no final do trabalho realizado ao longo de 9 anos, não podendo ser renovada a sua nomeação, pelo que, brevemente, deixará vago o lugar de Presidente desta Comissão, aproveitando para agradecer a todos os que consigo trabalharam. ---

- **A Sra. Presidente da Mesa** em nome de toda a Assembleia Municipal, agradeceu ao Sr. Presidente da CPCJ, Dr. José Carlos Coelho, pela sua dedicação ao serviço público, a sua entrega à defesa dos mais frágeis, dos mais desprotegidos, das crianças e desejou-lhe a maior das felicidades para o seu futuro. -----

Seguidamente deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para uma breve intervenção. -----

- **Em nome do Executivo**, o Sr. Presidente da Câmara Municipal dirigiu uma palavra de gratidão ao Sr. Dr. José Carlos Coelho, pelo extraordinário trabalho desempenhado nos últimos 9 anos, recordando-se que teve a oportunidade e a felicidade de ser Comissário da CPCJ no anterior mandato e de assistir de perto e ser parte integrante também desse fantástico trabalho, que é feito em Vale de Cambra, em prol das crianças e jovens.



Expressou o agradecimento do executivo por tudo aquilo que este deu à sociedade e à comunidade. -----

Dada a palavra aos Deputados Municipais, usaram da palavra: -----

- **Albino Almeida** afirmou que o relatório da CPCJ evidencia não apenas estatísticas, mas situações de crianças em sofrimento devido à negligência e à violência doméstica. São situações que representam falhas sociais e que a proteção deve assentar na prevenção, proximidade e apoio às famílias, envolvendo toda a comunidade e não apenas a CPCJ. -----

Reconheceu o trabalho dos técnicos e das instituições locais, destacando a importância da rede social de apoio, e apelou ao reforço da cooperação entre escolas, IPSS e associações para consolidar uma verdadeira “comunidade protetora”. -----

Concluiu que a proteção das crianças deve ser uma prioridade comum acima de divergências políticas, considerando que a verdadeira grandeza do concelho se mede pela forma como esta cuida dos mais vulneráveis, desejando que a CPCJ não seja um tribunal de última instância, mas sim um porto de abrigo de primeira linha. -----

- **Ana Letícia Correia** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Reconheceu e agradeceu o trabalho da CPCJ, acrescentando que os dados do relatório devem ser analisados como reflexo de problemas sociais reais no concelho. Da análise que fez, verificou existir em 2025, 61 novos processos, além de casos transitados e reabertos, evidenciando situações de vulnerabilidade, sendo a violência doméstica e a negligência familiar as principais problemáticas. -----

Assim, referencia e questiona a eficácia da prevenção, pois das muitas sinalizações que chegam através da GNR, possivelmente serão muitas, as situações em fases avançadas.

Levantou dúvidas sobre processos reabertos e quanto à articulação feita entre entidades, CPCJ, Escolas, Forças de Segurança e Serviços de Saúde, pedindo um reforço

2026.02.21

da prevenção, planeamento e cooperação entre instituições, manifestando também, a disponibilidade do PSD para colaborar em soluções.

- **José Pinheiro e Silva** cumprimentou os presentes e quantos os que se encontravam a assistir online. -----

Agradeceu ao Sr. Presidente da CPCJ, à representante da Segurança Social, Dra. Rosa Machado, e a todos os Comissários, destacando especialmente a Vereadora Mónica Seixas, pelo seu empenho. -----

Reconheceu a importância da CPCJ na proteção de crianças e jovens e a boa articulação com a Rede Social do Concelho, que considera excelente. -----

Falou da dificuldade em intervir em situações familiares, defendendo uma atuação cuidadosa e centrada no superior interesse das crianças, elogiando o trabalho conjunto feito com as Escolas, as Forças de Segurança, Instituições de Saúde e outras Instituições Locais. -----

- **Maria José Aguiar** agradeceu, em nome do GM do Chega, o trabalho do Presidente da Instituição, referindo já ter tido experiência neste Serviço prestado à população na CPCJ de Sever do Vouga, inclusive contacto com crianças enquanto professora, frisando a complexidade do trabalho, que exige equilíbrio entre intervenção e respeito pelas famílias, muitas vezes resistentes à atuação das entidades. -----

Considerou de grande mérito todo o trabalho, face ao Relatório, e manifestou total disponibilidade do Grupo Municipal do Chega para colaborar. -----

Garantiu ainda apoio ao apelo feito, afirmando que, em conjunto com a Presidente da Assembleia Municipal, haverá empenho nessa cooperação, privilegiando o interesse de Vale de Cambra. -----

- **António de Pina Marques**, 1.º Secretário da Mesa, solicitou o uso da palavra para saudar a CPCJ e os seus responsáveis, destacando a importância do trabalho desenvolvido e a necessidade do reforço de meios e profissionais, especialmente na



área da saúde. Recordou a sua experiência passada, nos anos 90, também na presidência da CPCJ, elogiando o trabalho atual.-----

Deixou um convite à visita *in loco* à resposta social existente em Vale de Cambra, nomeadamente à Casa de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia e à da Cruz Vermelha, bem como ao sistema de acolhimento familiar, frisando também a necessidade da evolução legislativa nesta área. -----

Enalteceu ainda o envolvimento do Município e dos Comissários, aos quais exprime o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol das crianças e jovens. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório do ano 2025 da CPCJ.

Terceiro ponto analisado:

14. COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO:

Tendo sido recebido do Sr. Presidente da CPCJ, José Carlos de Almeida Coelho, o pedido de substituição da Comissária Rita Ferreira da Costa Leite, designada como Membro pela Assembleia Municipal para constituir a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em sessão de 06/12/2021 e, como, então, foi indicada pelo Partido Socialista, vem este mesmo partido, indicar um Membro do seu atual Grupo Municipal, Joana Filipa Almeida, para, ao abrigo da l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei 147/99, de 1 de setembro, na sua atual versão, representar este órgão, Assembleia Municipal, na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Após a realização do escrutínio secreto de entre os 28 Membros presentes, foram apurados vinte e sete votos favoráveis e uma abstenção, tendo **a Assembleia Municipal designado como sua representante na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**, a 2.ª Secretária, Joana Filipa Correia de Almeida, em substituição do lugar deixado pela cidadã anteriormente designada. -----

2026.02.21

A Sr.ª PRESIDENTE DA MESA PROPÔS AO PLENÁRIO A ANTECIPAÇÃO DOS PONTOS 5, 6 e 7 DA ORDEM DO DIA, dada a presença na sala dos técnicos da Câmara Municipal e também porque não seria concluída, a presente sessão, da parte da manhã. **Colocada à votação** a antecipação dos pontos, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do GM Chega. -----

Ausentou-se da sessão, a Sr.ª Presidente da Mesa, Adriana Rodrigues, sendo assumida a condução dos trabalhos pelo 1.º Secretário, António Pina Marques. Ausentaram-se por momentos da sessão, os Deputados Municipais, Simão Pedro Dias, Carlos Alberto Pinho e Victor Tavares. -----

Quarto ponto analisado:

5. CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2025:

Não se registaram intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da situação económica e financeira do Município no primeiro semestre de 2025.-----

Regressou à sessão, o Deputado Municipal, Simão Pedro Dias. -----

Quinto ponto analisado:

6. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025:

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu ser este um documento de cariz técnico, que se traduz no saldo apurado entre as receitas do Município e as despesas efetivamente pagas no decurso do ano. -----

A Assembleia Municipal, com dois votos contra do GM Chega, doze abstenções do GM PPD/PSD e onze votos favoráveis dos GM do CDS/PP (9) e do PS (2), deliberou, por maioria, aprovar o mapa “Demonstração do desempenho Orçamental”, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. ---

Regressaram os Deputados Municipais Carlos Alberto Pinho e Victor Tavares. --

sexto ponto analisado:

7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA:



No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarece que a alteração orçamental modificativa visa ajustar o orçamento Municipal, aumentando o seu valor global, para melhor responder às necessidades e investimentos do Município. -----

Existe um reforço em várias áreas: aumento do quadro de pessoal (especialmente nas áreas jurídicas, obras e escolas), mais verbas para transportes e refeições escolares, apoio a IPSS e associações, e manutenção de edifícios municipais e escolares. Inclui ainda o reforço para arruamentos e pavimentações, preparação de projetos e possível aquisição de terrenos, bem como um forte investimento nas redes de água e saneamento (cerca de 2 milhões de euros em 2026). O Documento inclui ainda o aumento de verbas para despesas obrigatórias, como limpeza, recolha de lixo, eletricidade e iluminação pública. -----

Nas Funções de Presidente da Mesa, o 1.º Secretário, António Pina Marques, deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **Armando Pina** comenta o desempenho orçamental do executivo, afirmando que este documento serve para comparar o que foi prometido com o que efetivamente foi feito, acusando o executivo de não ter cumprido o prometido, apesar de ter verbas disponíveis. -----

Alertou para o aumento de cerca de 6 milhões de euros no orçamento e a falta de clareza na sua composição, a falta de discriminação de verbas, nomeadamente mais de 3 milhões de euros destinados a viadutos, arruamentos e outras construções, querendo saber onde vão ser efetivamente aplicados.

Apontou também inconsistências nos valores previstos para água e saneamento, questionando a diferença entre o anunciado e o orçamentado, querendo, assim, saber onde vão ser gastos estes euros de diferença. -----

Além disso, pede esclarecimentos sobre os custos das Festas de Santo António e do Município de Vale de Câmara, e questiona se o valor de 300 mil euros previstos, é realista. Critica ainda a ausência de referência a obras prometidas, como a Alameda da

2026.02.21

Senhora da Saúde, e termina levantando preocupações sobre transparência, questionando se as verbas poderão estar a ser usadas para processos judiciais, o que considera inaceitável. -----

Regressou a Sr.ª Presidente da Mesa, Adriana Rodrigues, reassumindo a condução dos trabalhos. -----

- **Mª José Aguiar** frisou que o aumento da verba para as festas de Santo António (300 mil euros), contrasta com a redução do orçamento do Centro de Artes e Espetáculos, que passa de 600 mil para 255 mil euros, considerando estranho investir mais num evento de poucos dias, do que na cultura ao longo de todo o ano, parecendo-lhe haver um desequilíbrio nos investimentos culturais. -----

Deu somente nota de que, ainda muito novinha integrou as Marchas Populares, tendo o maior respeito pelas Festas de St.ª António e pelos Valecambrenses, onde foi eleita e tem como qualquer outro Membro, a legitimidade de ser sua representante nesta Assembleia. -----

Aborda ainda o reforço de verbas nas refeições escolares, reconhecendo a sua importância, mas alerta para queixas persistentes sobre qualidade, quantidade e confeção dos alimentos, apelando a que os valores resultem numa melhoria efetiva, sobretudo por se tratar de uma questão de saúde pública. -----

- **José Soares de Almeida** explica que a existência de saldo orçamental resulta da execução nunca ser total, o que é normal em qualquer Município. Evidencia que em Vale de Câmara, esse saldo tem vindo a diminuir ao longo dos anos, indicando uma maior taxa de execução do orçamento. Contudo, havendo saldo, este deve ser aproveitado e aplicado conforme as prioridades políticas, salientando positivamente o reforço em áreas como funções sociais (refeições escolares), água, saneamento, resíduos, arruamentos e reparações após intempéries. -----

Refere ainda investimentos na cultura, desporto, apoio a entidades, aquisição de terrenos, obras e reforço de pessoal para melhorar a eficiência do Município. -----



Conclui que o objetivo é utilizar o saldo de 2025 de forma estratégica, priorizando necessidades essenciais, apesar dos recursos serem limitados. -----

- **Vítor Pinho** pede esclarecimentos sobre os reforços significativos nas verbas para refeições escolares e transportes escolares, questionando o que falhou na orçamentação inicial, uma vez que se tratam de despesas correntes que deveriam estar previstas, perguntando se houve algum fator extraordinário que justificasse esses aumentos. -----

Além disso, destaca a ausência de reforço de verba para o Ecocentro, apontando que, apesar de ser considerado uma prioridade, não recebeu qualquer incremento de verba.

- **João Carlos Pinho** disse ter pedido a palavra para defesa da honra, pelo que foi dito pelo DM Armando Pina quanto à falta de transparência, mencionou haver sim, falta de transparência, em situações que ocorrem no partido do Chega, identificando nomeações de familiares e outras pessoas com quem têm “laços” em Entidades onde têm representação a nível Nacional. -----

Acrescentou que, face ao que tem sido ali afirmado, lhe parece que alguns não compreendem ou não estudam o tema da incorporação do saldo, explicando que este é distribuído por várias rúbricas conforme já foi esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

De imediato pediu também a palavra em defesa da honra, a DM M.ª José Soares e, respondendo ao ataque ao seu partido, disse que a discussão se devia centrar nos assuntos locais e de Vale de Câmara, não sendo este o local e contexto próprios para abordagens de ordem Nacional e que, caso o DM quisesse abordar temas Nacionais, esses deveriam ocorrer em contexto próprio; **voltando a pedir a palavra em defesa da honra, o DM João Carlos Pinho** disse que não teria falado de temas nacionais se aquela não se tivesse referido à curva de representação parlamentar do CDS, considerando que, ao levantar essa questão, deve aceitar as respetivas respostas,

2026.02.21

incluindo críticas ao Chega sobre transparência, reiterando que não é cúmplice de falta de transparência. -----

Também pedindo o uso da palavra para defesa da honra, o DM Armando Pina disse ter falado da falta de transparência porque, do um ponto de vista ético, político e legal, um candidato a uma Câmara Municipal é o responsável último pelo que se passa na sua campanha e quando este lhe responde, que não sabe se uma empresa andou na campanha dele ou não, é aí que acha haver a falta transparência, além de que, quando pede documentação à Câmara Municipal, lhe é respondido que use o artigo 163 do Código de Processo Civil e se vê, assim, na obrigação de fazer novo requerimento. ----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal responde, dizendo que considera que a passagem de verbas entre anos é normal na gestão financeira Municipal estranhando algumas questões ali colocadas, disponibilizando-se, contudo, a esclarecer tudo para que não restem dúvidas. -----

Sobre o investimento em água e saneamento, este totaliza 3,5 milhões, será executado de forma faseada, com cerca de 1,95 milhões previstos para 2026. -----

Relativamente à Alameda da N.ª Sr.ª da Saúde, afirmou haver uma verba para iniciar estudos e projetos, sendo um compromisso do executivo avançar com a obra neste mandato. Explicou que 2026 será um ano de requalificação e preparação, enquanto 2027 será dedicado a novos investimentos. -----

Confirmou as previsões orçamentais para eventos como as Festas de Santo António (cerca de 300 mil euros) e justificou o investimento no CAE como necessário para a sua afirmação no espaço e panorama cultural, frisando que já lá decorreram eventos de nível internacional. -----

Sobre as refeições escolares, referiu que o reforço orçamental era esperado e elogiou o trabalho das assistentes e cozinheiras, defendendo a qualidade do serviço e considerando exageradas algumas críticas pontuais. -----



A Assembleia Municipal, com dois votos contra do GM do Chega, doze abstenções do GM do PPD/PSD e treze votos favoráveis dos GM CDS/PP (10) e do PS (3), deliberou, por maioria, aprovar a “Alteração Orçamental Modificativa”, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. -----

Declaração de voto do Grupo Municipal do PPD/PSD, apresentada pelo Deputado Municipal, Carlos Nuno Pinho: “A bancada do PSD apresenta a declaração de voto de abstenção relativamente à proposta de incorporação do saldo de gerência no formato em que foi apresentado pelo Executivo, por ser o primeiro ano e porque vivemos recentemente a situação de calamidade completamente excepcional. Para que não haja qualquer tipo de dúvidas, se não fossem estas duas situações, votaríamos contra esta incorporação de saldos nestes moldes. -----

Um Orçamento Municipal deve pautar-se pelo equilíbrio entre as receitas e as despesas com um apuramento rigoroso e prudente da despesa corrente. -----

O Orçamento foi aprovado no final do ano passado e já era sabido em outubro, com os dados disponíveis, confirmados pelo Sr. Presidente, que um conjunto de rubricas de despesa corrente deveriam ter sido reforçadas. Não foram, por opção política. -----

Assim, as alterações com que somos confrontados levam a que, em alguns casos, a rubrica de despesa corrente seja reforçada para mais do dobro do valor inicial. Se existem necessidades desta dimensão, elas deveriam ter sido devidamente acauteladas e explicadas num momento próprio e não, surgirem agora, à posteriori, através de uma incorporação do saldo de gerência, sem informação necessária para escrutínio. -----

Foi o Sr. Presidente, agora, que em tempo real, informou para onde iam as verbas, não veio em documento nenhum. Eu repito, a informação disponibilizada tem zero frases a explicar as causas das alterações e os reforços propostos. O PSD não concorda com estes princípios, na medida em que não discrimina adequadamente a origem dos desvios ou a insuficiência orçamental que justifica estes reforços, não identifica com clareza os pressupostos nem as causas que justificam aumentos desta dimensão e,

2026.02.21

perante a possível inevitabilidade, que acontece, não demonstra que foram exploradas alternativas antes de recorrer ao saldo de gerência para financiar despesa corrente. E, por isso, cria aqui um risco sério de normalização do recurso do saldo de gerência como mecanismo para cobrir suborçamentação de despesa corrente, fragilizando a disciplina orçamental e o escrutínio democrático. -----

Estamos, portanto, em desacordo com o modo como este saldo de gerência é incorporado e o facto de ele ser utilizado para reforçar despesas correntes em volume muito relevante, sem uma explicação que se exige num Município que pretende ser rigoroso, transparente e previsível. -----

Estivemos, pois, perante um dilema moral e ético profundo no sentido de voto deste ponto. Votamos na abstenção, apenas por razões excepcionais e queremos deixar claro, mais uma vez, que o PSD mantém a abertura e um espírito construtivo para discutir este tipo de situações com seriedade, com detalhe por rubrica, com base documental, com justificação técnica e financeira e com compromissos de que o Orçamento Anual passe a ser preparado com o rigor necessário, evitando que a gestão corrente dependa de correções posteriores desta dimensão. -----

Aguardamos, assim, que o Executivo corrija a atual metodologia, no futuro, reformule a proposta de incorporação do saldo de gerência em moldes que sejam mais transparentes, justificados e compatíveis com uma boa gestão financeira Municipal. “

ERAM 13 HORAS E 53 MINUTOS, quando foi proposta pela Sr.^a Presidente da Mesa a realização de um intervalo para almoço, durante uma hora, com recomeço dos trabalhos pelas 15horas. -----

Colocado à votação, obteve a abstenção da Deputada Municipal Maria Paula Barbosa Leite de Pinho e o voto contra da Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, tendo, **por maioria, sido aprovado um intervalo de uma hora, para almoço.** -----

INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS DURANTE UMA HORA



Pelas quinze horas e sete minutos e com vinte e três Deputados Municipais presentes, e, estando a Câmara Municipal representada pelo Sr. Vice-Presidente, Sérgio Soares, a Sr.ª Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos da sessão, retomando a Ordem do dia desde o seu início.

1. PROPOSTA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Constituição de Grupo de Trabalho para a celebração do 25 de abril de 1974; 25 de novembro de 1975; e dos 50 anos das primeiras eleições autárquicas democráticas: -----

Presente a proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, a qual se dá por transcrita e fica apensa à presente ATA, desta se destacando a sua parte final que se transcreve: -----

(...)O Grupo de Trabalho será constituído por: -----

a) Pela Presidente da Assembleia Municipal, Adriana Rodrigues;-----

b) Os líderes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal: ----

GM PSD: Carlos Nuno-----

GM CDS: José Soares-----

GM PS: Albino Almeida-----

GM CH: Armando Pina -----

c)Representantes da Câmara Municipal e personalidades/entidades convidadas." -----

Poucos minutos antes da votação, chegou o Sr. Presidente, André Silva, assumindo a representação da Câmara Municipal.

A Sr.ª Presidente da Mesa referiu que este seria um grupo de trabalho que pretende recolher opiniões da parte dos diferentes grupos municipais no sentido de, democraticamente e fazendo jus àquilo que se pretende celebrar, construindo um programa para estes três momentos que vão acontecer ao longo de 2026. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e três Membros presentes, aprovar a proposta de Constituição do Grupo de Trabalho para organização das comemorações do 25 de abril de 1974, do 25 de novembro de 1975 e dos 50 anos das primeiras eleições autárquicas democráticas. -----

2026.02.21

Chegaram os Deputados Municipais, José Pinheiro, Simão Pedro Dias, Constantino Pinho e Cristina Quintas. -----

2. REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA – PROPOSTA:

Após votação, foi, por unanimidade, adiada a discussão do ponto para a sessão de abril de 2026, por ter havido um entendimento quanto à necessidade de uma apreciação jurídica por parte dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para que o documento seja o mais correto e durável possível. -----

Chegou à sessão, a Deputada Municipal Municipal, Célia Tavares. -----

3. REGULAMENTO DE TRANSMISSÃO EM DIRETO DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA – PROPOSTA: -----

No uso da palavra, como Coordenadora da Comissão Eventual designada para a elaboração do Regulamento referido, a 2.ª Secretária, Joana Almeida, apresentou uma súmula do Regulamento frisando que este visa reforçar a transparência democrática e a aproximação entre a Assembleia Municipal e os cidadãos, equilibrando esse princípio com a proteção da privacidade e dos dados pessoais. -----

Explica que a transmissão em direto das intervenções dos eleitos se justifica pelo exercício do mandato, enquanto a participação dos cidadãos exige consentimento prévio para ser transmitida, garantindo também a possibilidade de intervir sem exposição pública. A captação de imagens do público é permitida por se tratar de um ato público, embora com recomendações para limitar a exposição desnecessária. -----

O Regulamento prevê ainda a possibilidade de suspensão de transmissões em casos excecionais e será ajustado conforme a sua aplicação prática. São também apresentadas recomendações, como a desativação de comentários nas transmissões e a criação de cópias de segurança das gravações. -----

Por fim, refere que o Regulamento só entrará plenamente em vigor após a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, destacando que o trabalho da Comissão foi



realizado de forma eficiente, com apenas uma reunião presencial e as restantes em colaboração à distância. -----

Foi dada a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **Armando Pina** perguntou quanto custava cada transmissão online. -----

Referiu-se ainda ao teor do ponto 1 do artigo 7.º sobre a suspensão da transmissão dos trabalhos da sessão, e, apesar de não ser contra ao conteúdo, a decisão é remetida para a Mesa, quando deveria ser o Plenário a decidir e a ponderar os motivos dessa suspensão e como a fazer. -----

A **Sr.ª Presidente da Mesa** referiu-se à composição da Comissão, que previu a representação de todos os Grupos Municipais, considerando-se, assim, que o Plenário tivesse ampla participação, dando sugestões para a elaboração deste documento, tendo o **DM Armando Pina** retorquido que a representação do Chega se limita a dois Membros, não constituindo a maioria, razão pela qual, só agora emite a sua opinião. -

Pediram ainda a palavra, o DM José Soares de Almeida para deixar apenas um agradecimento pelo trabalho árduo e de consenso feito por ambas as Comissões que elaboraram os documentos que certamente ajudarão na condução dos trabalhos da Assembleia Municipal; **o DM Jorge Silva** que sugeriu a aprovação de ambos os documentos na mesma sessão, dada a sua interligação e **o DM Vítor Pinho** que pediu uma mera correção à ficha de inscrição do público, com a inserção de local para a data da sessão. -----

Ouvidas as sugestões, a Sr.ª Presidente da Mesa colocou à votação o adiamento da votação do presente Regulamento, considerando-se o mesmo já apresentado, sendo a sugestão aprovada por unanimidade. -----

4. INFORMAÇÃO MUNICIPAL, conforme alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL:

Presente a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea

2026.02.21

c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL) de 01/12/2025 a 31/01/2026:-----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 12/02/2026, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01/12/2025 a 31/01/2026. -----

Os pontos 5, 6 e 7, foram analisados, como ponto quarto, quinto e sexto, antes da interrupção da sessão, para almoço. -----

5. CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2025:

6. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025:

7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA:

8. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2026:

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à vereadora do pelouro, Mónica Seixas, que após os normais cumprimentos, esclareceu que o Mapa de Pessoal é um documento dinâmico, sendo esta alteração elaborada com base no Saldo de Gerência, ajustando-o às necessidades dos Serviços Municipais. Referiu o reforço de várias áreas, especialmente devido à transferência de competências do Estado para a Câmara Municipal, ao aumento de responsabilidades e à substituição de trabalhadores aposentados, com destaque para assistentes operacionais nas escolas e na manutenção dos edifícios cujo número aumentou. Terminou agradecendo o trabalho da equipa de Recursos Humanos que tem sempre em conta, na sua atuação, o aspeto legal, e ao Dr. Sérgio Almeida, ali presente, disponibilizando-se a esclarecer qualquer dúvida. -----

- Armando Pina pediu esclarecimentos sobre as funções dos novos postos de trabalho, questionando se algum dos recrutamentos será para melhorar o atendimento ao público, face a queixas existentes. Perguntou ainda quantos engenheiros informáticos



ou de redes tem o Município e levantou dúvidas sobre possíveis nomeações de amigos ou familiares.-----

- **Maria Paula Pinho** disse que o Grupo Municipal do PSD ficou surpreendido com a apresentação de um novo documento poucos meses após a aprovação do anterior, e pediu esclarecimentos sobre os fundamentos da alteração e a criação de 10 novos postos de trabalho. Sobre a integração no Mapa de uma vaga com formação jurídica, questionou se a acreditação no Parlamento Europeu é uma condição obrigatória para essa função, porque neste menciona - Técnico superior, assessoria jurídica, e tem nas observações, funções de assistente parlamentar acreditada no Parlamento Europeu.

Pediu ainda esclarecimentos sobre a criação de um novo posto de trabalho no Museu Municipal, onde é exigida licenciatura em Arqueologia, quando a instituição tem carácter etnográfico e uma coleção de arte contemporânea, considerando a escolha da área de formação pouco adequada às necessidades do Museu e pediu justificação para essa opção. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Deputado Armando Pina, afirmando que a especificação dos cargos estava detalhada na documentação enviada aos Deputados Municipais e que uma leitura mais atenta esclareceria as dúvidas. Rejeitou ainda acusações de falta de transparência, frisando que os lugares serão preenchidos através de concurso público, com base na competência dos candidatos. Apelou ao respeito e bom senso nas intervenções dirigidas ao executivo e aos serviços municipais, pois não pretende abordar questões nem referir-se a certas nomeações feitas pelo Partido do Chega, desde as eleições nacionais. -----

Respondendo à Deputada Municipal, Maria Paula Pinho, disse não ter entendido a questão, mas que a confusão na leitura do documento, deve estar relacionada com a contratação de um técnico superior para assessoria jurídica e se destina a substituir

2026.02.21

uma colaboradora da Câmara Municipal, que está ausente há vários anos, em funções no Parlamento Europeu ao serviço do partido Chega. -----

Esclareceu ainda que o técnico referido se destina à área da cultura e não especificamente ao Museu, conforme intenção da Câmara. Acrescentou ainda um comentário metafórico, disse, referindo que “surpresas podem acontecer”, ilustrando com o exemplo de uma Série famosa em que um treinador de futebol americano consegue sucesso no futebol inglês, levando a equipa a ser campeã Nacional. -----

Mais disse, que o Mapa apresentado identifica necessidades e reforça lugares em áreas essenciais para melhorar o funcionamento do Município. -----

Voltando a usar da palavra, Deputada Municipal Maria Paula Pinho justifica a interpretação de que o posto de trabalho de técnico superior se destinava ao Museu Municipal, com base na descrição do Mapa de Pessoal, onde as funções incluem estudo, planeamento e avaliação de atividades técnicas e científicas, bem como apoio a projetos culturais, gestão de património e organização de exposições no âmbito do Museu. ----

O Presidente esclareceu que o técnico referido, embora possa apoiar o Museu, terá também funções ligadas à preparação e execução de um projeto estratégico do executivo relacionado com o futuro Museu a implementar nas antigas instalações do Martins & Rebello. -----

A Assembleia Municipal, com quinze abstenções dos GM do Chega (2) e do PPD/PSD (13) e treze votos favoráveis dos GM do CDS/PP (10) e do PS (3), deliberou, por maioria, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2026, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. --

Ausentou-se da sessão, o 1.º Secretário, António Pina Marques. -----

9. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DA VILA DE MACIEIRA DE CAMBRA E DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA:

Pela Sr.ª Presidente da Mesa foi proposta a análise dos pontos 9 e 10 em simultâneo, pelo que as intervenções se referem aos dois pontos.-----



No uso da palavra, o Sr. Presidente explicou que as ARU e ORU são instrumentos de reabilitação que promovem investimento, benefícios fiscais, como a isenção de IMI, isenção de IMT na aquisição para reabilitação, na tributação reduzida de 5% em IRS ou IVA a 6% nas obras, bem como a valorização do concelho, através da recuperação do património, fixação de população e dinamização do comércio. Referiu que estas medidas já existiram anteriormente e estão agora a ser reativadas, disponibilizando para um esclarecimento mais técnico, o Chefe da DPOGU, Armando Ribeiro, se necessário.

- **Vítor Tavares** (JF Mac. Cambra) falou da importância histórica e cultural de Macieira de Cambra, defendendo a reabilitação do seu núcleo histórico, da valorização da identidade local e do reforço do turismo cultural, destacando o papel do Museu Municipal.-----

Referiu que esta Vila esteve na gênese do concelho e continua a ter uma enorme importância, tendo dentro da sua área geográfica muitos dos equipamentos essenciais ao desenvolvimento de Vale de Cambra, considerando que a renovação da ARU e a ORU são fundamentais para revitalizar a Freguesia e contrariar a perda populacional, sendo imprescindível desenvolver um conjunto de ações, como intervenções que garantam uma requalificação do espaço público, das infraestruturas e também da valorização social e cultural da Freguesia, questionando se o prazo de execução de 15 anos, não seria muito longo, sugerindo que deveria ser de 6 a 8 anos, dada a convergência de várias grandes obras previstas no concelho, com difícil controlo. -----

- **Ana Rita Martins** referiu que a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da área central de Vale de Cambra e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana constituem uma estratégia integrada de revitalização urbana, indo além da simples definição geográfica. Baseiam-se num diagnóstico que identifica degradação, necessidade de qualificação do espaço público, da perda da centralidade e da necessidade de reforçar a atratividade económica e habitacional. Por isso, a reabilitação urbana visa revitalizar os centros urbanos, fixar população, dinamizar o comércio e atrair investimento

2026.02.21

privado, com base em operações estruturadas com estratégia, projetos e prazos definidos. -----

Frisa a importância de dar coerência ao processo, mas alerta para a necessidade de garantir a informação clara e transparente aos proprietários, comerciantes e investidores, pois os instrumentos legais de reabilitação urbana só são eficazes se forem bem comunicados à população, garantindo que os proprietários conhecem os benefícios fiscais, procedimentos e condições aplicáveis, como os incentivos - isenções de IMI e IMT, IVA reduzido em obras e benefícios em IRS/IRC, além de facilitar o acesso a fundos comunitários, mas reforça que a sua aplicação seja simples e eficiente. -----

Mais disse, que o seu Grupo Municipal votará favoravelmente, mas deve ser medido o impacto real destas medidas na vida das pessoas e na transformação concreta do território, tanto na área central como na da Vila de Macieira de Cambra. -----

- **João Carlos Pinho** referiu que, apesar de o IHRU ter declarado a caducidade de duas ARU, por falta de um parecer que não era vinculativo, estas continuavam a constar como válidas no site do IHRU.-----

O que se pretende agora é validar essas ARU já existentes com um programa estratégico de renovação urbana elaborado por uma equipa que foi liderada por Álvaro Santos, atual Presidente da CCDR, conhecedor do concelho, votando, o seu Grupo Municipal, favoravelmente à renovação das ARU de Macieira de Cambra e do centro de Vale de Cambra, para garantir que os munícipes possam beneficiar dos incentivos previstos e não sejam prejudicados por questões burocráticas. -----

- **Maria José Aguiar** agradeceu os esclarecimentos já prestados e, dada a existência de 12 ARU no concelho, estando apenas estas duas caducadas, perguntou o motivo. -----

Disse que o seu Grupo Municipal apoia esta decisão, por considerar importante para os cidadãos, mas solicita esclarecimentos sobre quantas certidões foram emitidas durante o período em que estiveram caducadas, pois não querem que um único Valecambrense seja penalizado e seja responsabilizado por situações em que se presume que a Câmara



Municipal não fez o trabalho que lhe competia, passando certidões em períodos em que não tinha autoridade para o fazer. -----

Pedindo a palavra, o Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Macieira de Cambra Vítor Tavares solicitou a realização de sessões de esclarecimentos na sua Freguesia ou na Câmara Municipal, dirigida aos cidadãos abrangidos, para explicar o seu funcionamento, dada a relevância financeira envolvida. -----

No uso da palavra e respondendo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal confirma a intenção de realizar sessões de esclarecimento sobre as ARU, já tendo dado resposta positiva a um pedido da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, comprometendo-se a promover essas sessões, em articulação com as Juntas de Freguesia, para garantir que a informação chegue ao maior número possível de munícipes. -----

Mais disse, que a aprovação destes instrumentos visa reativar benefícios fiscais e incentivos à reabilitação urbana para investidores e para o concelho e que esta caducidade foi comunicada pelo IHRU em outubro, situação que afetou vários Municípios no País na mesma situação. Sendo assim, para defender os interesses dos munícipes, foram iniciados pedidos de esclarecimento jurídico sobre as implicações das certidões emitidas durante o período de suposta caducidade, uma vez que, até à notificação do IHRU, em 15 de outubro, as ARU constavam no site como válidas, tendo sido garantido juridicamente que as certidões emitidas antes da notificação não têm implicações. Mais disse que desde 15 de outubro e até à nova aprovação das ARU, a Câmara Municipal suspendeu a emissão de Certidões até à sua regularização. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da zona central de Macieira de Cambra e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. -----

10. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE VALE DE CAMBRA E DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA:

As intervenções foram consideradas no anterior ponto analisado. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da zona central da cidade de Vale de Cambra e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. -----

Regressou à sessão, o 1.º Secretário, António Pina Marques: -----

11. CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE VALE DE CAMBRA: -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que a Carta Municipal de Habitação foi elaborada por uma empresa particular, é um instrumento estratégico que identifica carências habitacionais, define prioridades e soluções adequadas e, articula políticas locais com programas nacionais e regionais. Permite, em articulação com o PDM, um diagnóstico estruturado e fundamentado, facilita o acesso a financiamentos de fundos comunitários e reforça a capacidade de negociação do Município com entidades públicas e privadas, sendo o Município, se esta Carta for aprovada, incluído nos primeiros Municípios a nível nacional, posicionados na linha da frente do que são as mais valias anexas a este documento. -----

- **Albino Almeida** referiu que a Carta Municipal de Habitação é mais do que um requisito administrativo ou um documento para acesso a fundos do PRR, pois reflete uma situação de resolução urgente no concelho de Vale de Cambra, que, apesar da sua forte atividade industrial, enfrenta dificuldades em garantir habitação acessível, o que pode comprometer a fixação de jovens e a atração de mão-de-obra qualificada, ameaçando o futuro económico local. -----

O documento identifica carências habitacionais, habitação indigna e famílias em situação de maior necessidade, mas não dará suficiente resposta à classe média e aos jovens, que enfrentam dificuldades no acesso à habitação devido aos seus elevados



preços. Aponta metas, mas serão elas realistas ou apenas formais? E as soluções concretas, para além da habitação social tradicional? -----

Existe uma necessidade de acelerar a execução dos projetos da DOME e da DPOGU, evitando que património Municipal fique devoluto enquanto os jovens saem do concelho. A Carta deve incluir um cronograma rigoroso, com prazos concretos, sendo fundamental o reforço da transparência na gestão de fundos do IHRU e do PRR. -----

A Carta de Habitação deve estar articulada com as políticas de urbanismo e com a revisão do PDM, promovendo a reabilitação e densificação dos centros urbanos, criando incentivos fiscais para os jovens reabilitarem casas nas Freguesias periféricas, de forma a combater a desertificação do interior. -----

Afirmou ser favorável, o voto do Grupo Municipal do PS, desde que o documento se traduza em ações concretas e investimentos reais, tornando a habitação uma prioridade no concelho, tornando-o mais inclusivo. -----

- **Maria José Aguiar** referiu que, ao fim de 12 anos de governação CDS, surge agora um documento que apresenta um diagnóstico do concelho, havendo, contudo, neste tempo todo, uma falta de medidas para a coesão territorial, espelhando-se nesta um concelho envelhecido, com perda de população e zonas do interior em abandono, factos que contrastam com o discurso do anterior executivo que deu continuidade a todos os executivos anteriores, e mesmo governando em maioria, não conseguiu promover crescimento ou desenvolvimento urbano, resultando nesta situação considerada preocupante. -----

- **Silvia Domingos (JF Arões)** referiu que, apesar da afirmação de que já teria sido contemplado na Carta o contributo relevante e fundamentado das Freguesias de Arões e Junqueira, centrado na realidade das zonas mais interiores, afirmação com a qual não concorda, questionou o Sr. Presidente sobre as conclusões retiradas deste documento estratégico para o futuro do concelho, e quais as medidas que o executivo pretende implementar para resolver as situações nele espelhadas. -----

2026.02.21

Referiu ser necessária uma abordagem diferenciada para os territórios rurais, integrando temas como a habitação, água, saneamento e mobilidade, pois a maioria das aldeias não tem acesso a estes serviços básicos e essenciais, sendo necessários programas piloto-concretos, criação de uma Bolsa Municipal de Casas Rurais, reabilitação com garantia pública, incentivos fiscais claros, um Gabinete de Apoio à reconstrução, entre outros. -----

Respondendo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu todos os contributos para um documento que é de todos os Valecambrenses, de todas as sete Freguesias e muito importante para o concelho. -----

Sobre a parte alta do concelho, relembra que a Carta Municipal de Habitação esteve em consulta pública, não tendo a Câmara Municipal recebido naquele período, qualquer contributo. Em reunião da Câmara Municipal, num primeiro agendamento, o assunto foi retirado e quando de novo presente para análise em reunião da Câmara Municipal, já integrava os contributos, tanto dos vereadores do PSD, como das Juntas de Freguesia de Arões e Junqueira e ainda da Associação de Pontemieiro, que, entretanto, foram recebidos. -----

Frisou que, estando agora vertidos todos os contributos no presente documento, este de nada serve se não for colocado em prática, pedindo o melhor empenho de todos, para que Vale de Cambra seja um território de oportunidades, também para todos. Certamente que a Câmara Municipal terá de ter políticas de combate aos dados ali referidos, havendo muitas que já são conhecidas, apesar do curto espaço de tempo em funções, lembrando algumas das ações a desenvolver, no âmbito da água, saneamento e da fibra ótica, além de outras ações que se preveem fazer na totalidade do Município, havendo um compromisso com todas as Freguesias para que se consiga o máximo de financiamentos possível. -----

Pedindo a palavra, a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Silvia Domingos, esclareceu que devido a um problema técnico só enviou o contributo após



18 minutos das 24h do último dia da Consulta Pública. -----

A Assembleia Municipal, com quinze abstenções do GM do Chega (2) e do PPD/PSD e treze votos favoráveis do GM do CDS/PP (10) e do PS (3), deliberou, por maioria, aprovar a Carta Municipal de Habitação de Vale de Cambra, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. -----

12. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE JUNQUEIRA, NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DO VI CONCURSO DE BOVINOS DE RAÇA AROUQUESA / ARESTAL 2026: -----

- **Fernanda Gonçalves** (JF Cepelos) disse estar a ser apreciado o acordo entre o Município e a Junta de Freguesia de Junqueira para o VI Concurso Nacional de Bovinos da Raça Arouquesa - Arestal 2026, importante contributo para o desenvolvimento da vida rural da Freguesia e do Concelho, valorização da raça autóctone, fixação de jovens produtores e dinamização económica das Freguesias. -----

Referiu a importância da ligação deste evento com a 29.ª Edição da Feira dos 16, em Cepelos, que é um evento concelhio de grande expressão e identidade coletiva, com 29 edições que refletem continuidade e tradição, integra a Feira do Gado e o Concurso da Raça Arouquesa, sendo um dos momentos mais emblemáticos da vida rural da Freguesia e do concelho, devendo ser divulgadas estas iniciativas, como um alavancar da economia e do turismo da região. -----

Salientou, que neste ano durará três dias e, que o seu crescimento exige maior apoio financeiro e logístico por parte do Município, apresentando-se este apoio, como uma decisão estratégica para valorizar os produtores, dinamizar o comércio e a restauração, preservar as tradições rurais, contribuindo assim para o desenvolvimento do concelho.

- **Armando Pina** acha que existe falta de visão na sua organização e, comparando-o com os eventos do mesmo género nos Municípios vizinhos, defende um maior apoio ao concurso de bovinos da Raça Arouquesa, dado que o evento tem potencial para crescer e tornar-se uma grande feira distrital, capaz de atrair turismo e valorizar os produtores

2026.02.21

locais. Sugeriu maior investimento em marketing, infraestruturas e prémios, tal como acontece noutros concelhos mais dinâmicos.-----

No uso da palavra e em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município já presta um apoio significativo ao evento, incluindo financiamento, logística e parcerias institucionais, envolvendo também verbas para criadores e produtores, sendo este, um evento estruturado e de grande dimensão financeira, exigindo responsabilidade na análise dos recursos envolvidos, não se podendo falar por falar, sem uma boa análise de tudo o que envolve esta aprovação que só é feita em Assembleia Municipal, por uma exigência legal. -----

Ausentou-se durante a votação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Baltasar Almeida Lages. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovar a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Junqueira, no âmbito da organização do VI Concurso de Bovinos de Raça Arouquesa /Arestal 2026, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião de 10/02/2026. -----

Regressou à sessão, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Baltasar Almeida Lages. -----

13. CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DO ANO 2025:

Foi analisado como segundo ponto da Ordem do Dia.

14. COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO:

Foi analisado como terceiro ponto da Ordem do Dia.

15. MOÇÃO PROPOSTA PELO GM CHEGA: revisão do Plano Diretor Municipal na Zona Industrial de Codal e suspensão de procedimentos urbanísticos por risco para infraestruturas e segurança das populações:-----



No uso da palavra, a Deputada Municipal Maria José Aguiar apresentou a Moção:

“Considerando que:-----

A. O Plano Diretor Municipal (PDM) constitui o principal instrumento de ordenamento do território à escala Municipal, devendo assegurar uma afetação equilibrada dos usos do solo, a proteção das populações, a salvaguarda de infraestruturas essenciais e a compatibilização entre desenvolvimento económico, qualidade de vida e segurança;--

B. No processo de revisão do PDM na área de Codal, foi ignorada a manifestação expressa de vontade popular, consubstanciada em abaixo-assinado subscrito por mais de seiscentos munícipes, que se opunham à expansão da mancha industrial para a área envolvente ao Jardim de Infância de Codal; -----

C. A instalação ou expansão de unidades industriais em proximidade imediata de equipamentos sensíveis, designadamente estabelecimentos de educação pré-escolar, levanta riscos objetivos para a segurança, saúde pública, tranquilidade das famílias e adequada fruição do espaço urbano; -----

D. O ordenamento do território não pode ser determinado por opções avulsas ou por lógicas de curto prazo, devendo assentar em critérios técnicos, prudenciais e orientados para o interesse público, em especial quando estão em causa crianças e comunidades residenciais; -----

E. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, prevê mecanismos legais que permitem à administração Municipal suspender procedimentos urbanísticos quando se encontram em curso processos de alteração ou revisão dos instrumentos de planeamento territorial, evitando a consolidação de situações urbanísticas incompatíveis com as soluções de ordenamento em apreciação;-----

F. Considerando, em particular, que o artigo 145.º do RJIGT estabelece a possibilidade de suspensão dos procedimentos de informação prévia, comunicação prévia e licenciamento no âmbito de processos de elaboração, alteração ou revisão de

2026.02.21

instrumentos de gestão territorial, visando salvaguardar a coerência do ordenamento do território e prevenir efeitos irreversíveis decorrentes da aprovação de projetos desconformes com as opções de planeamento em curso; -----

G. No caso concreto da Zona Industrial de Codal, a manutenção de processos de licenciamento e de instalação de unidades industriais, enquanto se reconhece a necessidade de reponderar o enquadramento territorial da área, configura um risco sério de consolidação de usos do solo potencialmente incompatíveis com a proteção de equipamentos educativos, infraestruturas sensíveis e zonas habitacionais envolventes;

H. Compete aos órgãos autárquicos assegurar que as decisões de planeamento e licenciamento respeitam os princípios da precaução, da proteção das populações, da defesa do interesse público e da responsabilidade na gestão do território. -----

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra delibera recomendar à Câmara Municipal de Vale de Cambra: -----

1. Recomendar à Câmara Municipal a reavaliação da sua classificação territorial, ponderando a sua requalificação como área urbana de habitação ou outra solução de uso do solo compatível com a proximidade de equipamentos educativos e zonas residenciais;-----

2. Recomendar à Câmara Municipal a suspensão de todos os procedimentos de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia relativos a novas instalações industriais, ampliações ou alterações de uso do solo na mancha territorial em causa, com fundamento no artigo 145.º do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), até à conclusão e aprovação formal da revisão do PDM;-----

3. Determinar que esta suspensão seja devidamente fundamentada na necessidade de prevenir a consolidação de situações urbanísticas potencialmente incompatíveis com as opções de ordenamento em avaliação, bem como na salvaguarda da segurança, da saúde pública e da proteção das crianças e das famílias residentes na envolvente;



4. Apelar a que o Executivo Municipal promova um processo de revisão do PDM, quando legalmente possível, transparente, tecnicamente fundamentado e participado, assegurando a auscultação efetiva das populações diretamente afetadas, em especial das famílias e da comunidade educativa do Jardim de Infância de Codal; -----

5. Reafirmar que o desenvolvimento económico local não pode ser prosseguido à custa da degradação da qualidade de vida, da segurança das crianças e da desproteção de equipamentos sensíveis, devendo o planeamento territorial servir, em primeiro lugar, as pessoas e as comunidades." -----

Finda a leitura, a Deputada Municipal referiu que esta Moção se apresenta no sentido do da anterior e para que haja nova revisão do PDM, dado haver erros que têm de ser colmatados. Referiu-se à quase não votação da apresentada na sessão de fevereiro, mas, porque existe uma obrigatoriedade de todas as Moções apresentadas serem admitidas e votadas, volta o seu Partido a apresentar o assunto que é importante e relevante e, tendo em conta a população ali residente e a existência de Escolas, pretende apurar se, tanto o CDS, o PS como o PSD, defendem a questão frisada, fazendo, assim que possível, uma revisão do Documento, pedindo, entretanto, a sua suspensão naquele local, não se aprovando qualquer licenciamento. -----

- **João Carlos Pinho** frisou não estar em causa ser ou não ser a favor da população de Codal e de Vale de Cambra, sendo esse facto, inquestionável.-----

Defende que a discussão deve centrar-se na legalidade e nas consequências da proposta de suspensão do Plano Diretor Municipal (PDM) e não concorda com a ideia de que a revisão do PDM ignorou a vontade popular, nomeadamente a manifestação expressa, e lembra que estes processos são longos e complexos, envolvendo várias entidades.-----

Explica, com base na lei, a qual menciona e cita, que a suspensão do PDM só pode ocorrer em condições excecionais ou mediante determinados procedimentos legais, incluindo parecer da CCDR, e que o caso em análise não se enquadra nessas situações. Frisa

2026.02.21

ainda que o PDM em vigor demorou mais de cinco anos a rever, obrigatoriamente têm de ser consultadas várias entidades, foi aprovado há pouco mais de sete meses e que suspender o Plano traria grandes impactos, como atrasos prolongados no desenvolvimento territorial e limitações no licenciamento de habitação e indústria. -----

Conclui dizendo que a suspensão, mesmo que parcial, significaria parar o desenvolvimento do Município e, por isso, não apoia a Moção. -----

- **Célia Tavares** refere que da leitura da Moção e, tendo em conta a responsabilidade jurídica, política e institucional sobre o futuro do Município, não poderá votar a Moção apresentada sobre a revisão do PDM, porque contém informações incorretas, por não ser verdade que a vontade popular tenha sido ignorada, referindo que o abaixo-assinado mencionado, foi analisado pela Câmara Municipal e devidamente respondido no âmbito do processo de revisão do PDM, citando a resposta oficial dada, tendo em conta as preocupações da população de Codal. -----

Deu nota de que a Moção vem com um toque de emoção, disse. Contudo, diz tratar-se de um PDM, um Plano Diretor Municipal sujeito a legislação, a procedimentos, a pareceres técnicos, tendo todos esses inúmeros passos sido realizados na última revisão, não podendo ser posto em causa um trabalho técnico realizado por uma questão pontual, e onde houve concordância até do próprio Presidente da Junta de Freguesia de então. -----

Recomendar à Câmara Municipal que reavalie, como é referido na Moção, retira responsabilidades ao proponente e de nada vale, pois aquela analisa e responde com um parecer que a Assembleia Municipal recebe e aceita e, pode ficar tudo na mesma, devendo esta Moção ser devidamente pensada e reestruturada. -----

O Grupo Municipal do PSD votará contra, pois considera que deve haver uma governação com o equilíbrio, protegendo todas as populações, nada tendo o seu GM contra a população de Codal, tal como a das outras localidades, as quais querem que se desen-



volvam e, sendo Vale de Cambra um concelho de cariz industrial, seria criar instabilidade que iria afastar o investimento o que teria consequências, como no emprego e no desenvolvimento económico de Vale de Cambra, o que não se pretende, defendendo sempre o PSD, a responsabilidade institucional, coerência política e defesa integral global, não podendo ser aprovada uma Moção que não corresponde à verdade e não vai de encontro aos interesses de Vale de Cambra. -----

- **Albino Almeida** disse haver um conflito legítimo entre ambas as partes, sendo necessário chegar a um consenso, caso contrário a situação ficará bloqueada por mais anos ou continuará tudo como está, devendo aproveitar-se a atual situação, especialmente depois dos vários anos que demorou a elaboração e a aprovação da revisão do PDM e ainda tendo em conta que estas “regiões” (escola, população e ZI) já coabitam há muito tempo. -----

O seu Grupo Municipal está do lado da população, sobretudo das crianças, frisando que a escola primária fica num local muito perigoso, junto à estrada, e a pré-primária está próxima de uma zona a ser ocupada pela indústria, o que levanta preocupações de segurança. Por isso, defende que a melhor solução seria construir um novo edifício que reúna as duas escolas num único local, garantindo mais segurança e melhores condições para crianças e pais, em vez de se manter o conflito e não resolver os problemas.

- **Célia Tavares** pediu a palavra para complementar a sua intervenção, dizendo que concorda com o referido, que a escola primária está na realidade localizada num sítio bastante perigoso e que o conflito nada resolve, sugerindo, assim, que a Câmara Municipal aproveite a situação para exigir contrapartidas às empresas que se irão lá instalar, como benefícios sociais e melhorias no parque escolar, incluindo o pré-escolar de Codal, e que seja no respetivo licenciamento, garantido o cumprimento das exigências ambientais, a requalificação dos equipamentos públicos envolventes à área, consubs-tanciando-se os benefícios ao erário público e à população de Codal. -----

2026.02.21

- **João Carlos Pinho** pediu a palavra para complementar a sua intervenção, acrescentando que o anterior Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, agora ocupando o lugar ao seu lado, lhe comunicou que estão previstos afastamentos, está prevista uma cortina arbórea, está inclusivamente recomendado no Plano Diretor Municipal, qual a tipologia de indústria a instalar no local, pelo que não há necessidade de proceder à suspensão total ou parcial. -----

- **Armando Pina**, para responder ao que ouviu, afirmou que o conflito não é contra o Chega, que somente procurou dar uma resposta às preocupações da população de Coudal relativamente às novas indústrias na Zona Industrial, e do seu impacto na comunidade e no ambiente. Os moradores receiam os efeitos da indústria próxima de habitações e de um jardim de infância, incluindo possíveis problemas na qualidade da água como a de um ribeiro da zona, que, a céu aberto já demonstra o que poderá ser se houver um aumento do número de indústrias poluentes na zona. -----

Mais disse, que pede uma suspensão para que se pense bem, antes de estarem realizadas quaisquer intervenções, antes que seja tarde demais, sendo este, um ato de inteligência de todos, pedindo a opinião da atual Presidente da Junta da União das Freguesias. -----

Disse ainda, que a iniciativa não foi planeada como um “braço de ferro”, mas surgiu pelo contacto com as pessoas, sendo recomendação porque outra coisa não pode ser sendo este um órgão deliberativo e não executivo, estranhando as intervenções que lhe parecem um não querer ouvir o povo, e com as quais até ficou surpreendido dado o teor de tecnicismos, talvez usados para fugir à verdade, que não esperava que assim fosse a política em Vale de Cambra, questionando se tudo isto vale o risco da saúde e da segurança de uma criança no seu local de ensino. -----

Não havendo mais intervenções, -----

A Assembleia Municipal, com vinte e quatro votos contra, do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (1), dos GM do PPD/PSD (13) e do CDS/PP (10), duas



abstenções do GM do PS e, com dois votos favoráveis do GM do Chega, deliberou, por maioria, rejeitar a Moção apresentada no âmbito da revisão do PDM - Plano Diretor Municipal na Zona Industrial de Codal e suspensão de procedimentos urbanísticos por risco para infraestruturas e segurança das populações. -----

16. MOÇÃO PROPOSTA PELO GM CHEGA: Pelas populações afetadas pelas cheias no Município de Vale de Cambra - e pela urgente concretização do novo acesso ao lugar do Barbeito (São Pedro de Castelões): -----

Foi analisado como primeiro ponto da Ordem do Dia. -----

17. MOÇÃO APRESENTADA PELO GM PPD/PSD: pela solidariedade com as populações afetadas e rápida e sustentável implementação de soluções e planos de resiliência:-----

A Moção foi apresentada pelo Deputado Municipal do PPD/PSD, Carlos Pinho:

“As recentes tempestades têm afetado o território nacional e vieram, mais uma vez evidenciar um conjunto de vulnerabilidades de muitas das nossas infraestruturas perante fenómenos meteorologicamente extremos, que alguns modelos previsionais indicam que podem passar a ser recorrentes (aspeto importante). -----

Foi anunciado pelo Governo que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil foi mandatado para realizar auditorias abrangentes às obras de arte e infraestruturas críticas sob a responsabilidade da administração central. Trata-se de uma decisão prudente e necessária e, sabemos que aqui em Vale de Câmara já vão avançar nesse Sentido, pois esta preocupação não pode naturalmente esgotar-se no Estado central.

Os municípios têm também responsabilidades diretas na gestão, manutenção e fiscalização de infraestruturas críticas sob sua tutela - estradas municipais, pontes, taludes, muros de suporte, sistemas de drenagem pluvial, espaços verdes, equipamentos públicos, entre muitas outras estruturas cuja degradação, pode colocar em risco pessoas e bens. -----

Neste contexto de alterações climáticas, em que estes eventos extremos tendem a ser cada vez mais frequentes e intensos, possivelmente fazendo parte de uma nova realidade, a prevenção deve ser uma prioridade política e técnica. Não podemos apenas agir após as ocorrências graves; devemos antecipar estes riscos, identificar fragilidades e intervir atempadamente. -----

Neste sentido, importa questionar (conjunto de pontos que já foram previamente esclarecidos pelo senhor presidente da Câmara Municipal, disse):-----

- Existe atualmente um plano sistemático de inspeção e monitorização das infraestruturas municipais? -----
- Estão calendarizadas auditorias técnicas regulares às estruturas mais sensíveis? -----
- Há um levantamento atualizados pontos críticos do concelho, nomeadamente as zonas de risco de deslizamento, erosão ou insuficiência da drenagem? -----
- Quais os planos, a data da sua última atualização e o grau de divulgação das populações para lidar com situações deste tipo, não apenas no verão, mas agora também no inverno (i.e. que medidas e que políticas são usadas para formar, educar as pessoas em relação às medidas de prevenção que podem tomar em situações como estas? Quais são as rotas de saídas seguras que devem adotar? Quais são os locais e pontos de encontro seguros? Locais de abrigo? Se existem, e quais é que podemos vir a criar no futuro, entre outros? -----

A segurança das populações exige planeamento, uma manutenção preventiva e investimento responsável. A fiscalização periódica não é propriamente um custo, mas é uma medida de proteção civil e de boa gestão pública. -----

Propõe-se, por isso, que o município avalie a implementação de um programa estruturado de auditoria e monitorização preventiva das infraestruturas municipais críticas, articulado com os serviços de proteção civil, sempre que necessário, com entidades técnicas especializadas. -----



Que seja regularmente atualizado, em particular no que toca às medidas que as populações possam ter de seguir perante estas situações, amplamente disseminado, de forma a prevenirmos, em vez de depois termos de remediar.-----

Prevenir é sempre mais eficaz - menos oneroso - do que remediar.” -----

Não havendo intervenções, a Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que disse subscrever totalmente a Moção e que tudo fará para que se possa efetivar aquilo que são as propostas ali mencionadas. ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pela solidariedade com as populações afetadas e rápida e sustentável implementação de soluções e planos de resiliência, onde é proposto que o Município avalie a implementação de um programa estruturado de auditoria e monitorização preventiva das infraestruturas municipais críticas, articulado com a proteção civil e, sempre que necessário, com entidades técnicas especializadas. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão).

Do público presente, registaram-se seis inscrições, sendo apenas realizadas quatro intervenções conforme sumariamente se descreve: -----

- **Fernando Loureiro** -----

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a resolução de um problema de saneamento no lugar do Barbeito, onde a insuficiente capacidade do cano de esgoto provoca o levantamento das tampas e o derrame de águas para a estrada, dificultando a circulação. Referiu ainda que, na construção da nova estrada de ligação ao local, deveriam ser realizadas esta e outras intervenções complementares. -----

- **António Almeida** -----

Em representação da Sistop, pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente a um pedido que tinha apresentado para a reversão de uma parcela de terreno.

- **Jorge Correia** -----

Tal como em sessão anterior, falou da linha de alta tensão em Vale de Cambra, criticando o traçado previsto por ser fortemente penalizador para o concelho, com a instalação de cerca de

2026.02.21

47 postes. Apontou que esta situação resultou da falta de oposição da Câmara Municipal e do desconhecimento dos proprietários relativamente à consulta pública. -----

Na fase de implementação, denunciou que pequenos proprietários estão a ser alvo de práticas negociais agressivas por parte de uma empresa subcontratada pela REN, com propostas de compensação baixas e pressionantes, variando consoante a rapidez de decisão, situação que afirma ocorrer com frequência.-----

Referiu ter tido conhecimento de uma reunião recente na Câmara com alguns proprietários, promovida pelo Chefe de Gabinete do Presidente. Declarou ainda que, embora não diretamente, a sua família é parte interessada por possuir terrenos afetados, colocando por isso questões ao Presidente.-----

Questionou o que está a ser negociado e a falta de envolvimento de todos os proprietários, defendendo que a Câmara deve liderar o processo e pressionar a REN a adotar uma postura mais justa. Manifestou ainda preocupações quanto à segurança dos postes de alta tensão, sobretudo face a fenómenos climáticos extremos, questionando se estão preparados para resistir a situações semelhantes às ocorridas em Leiria. -----

Alertou que o traçado mais próximo das populações aumenta os riscos. Referiu ainda que, segundo informação da APA, está prevista uma futura interligação com outra linha na zona de Viseu, possivelmente em Vale de Cambra, o que poderá alargar o impacto a mais Freguesias, como Arões e Junqueira, com a instalação de novos postes. -----

Apelou à Câmara Municipal para que esteja atenta a futuras consultas públicas e defenda os interesses de Vale de Cambra, criticando a crescente ocupação do território por infraestruturas da REN. -----

- José Pedro Almeida -----

Propôs uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, sugerindo que o público possa intervir tanto antes como depois da ordem do dia. Argumentou que isso permitiria apresentar questões no início e comentar decisões no final da sessão, evitando ter de esperar vários meses pela próxima reunião para voltar a intervir. -----

Alertou para os impactos da nova lei que facilita a conversão de comércio e serviços em habitação, dando como exemplo um edifício (Edif. Dallas) que poderá passar a ter mais de 30 frações habitacionais sem estacionamento suficiente, o que agravará o estacionamento na zona.



Criticou a falta de fiscalização no estacionamento de superfície e propôs tornar gratuito o parque subterrâneo durante o dia e reforçar a fiscalização, de forma a melhorar a circulação e o acesso ao comércio e serviços. -----

Sobre a situação das ARU de Macieira de Cambra e do centro da cidade de Vale de Cambra, afirmou que o atual Presidente da Câmara não tem responsabilidade no problema da sua eventual caducidade e que a situação decorre de uma informação do IHRU sobre a falta de um pedido de parceria, obrigatório no âmbito do regime de reabilitação urbana. Considera que, na aprovação inicial das ARU, terá existido uma informação técnica que indicava estarem reunidas as condições legais, concluindo que a recente aprovação das duas ARU pela Câmara Municipal, acabou por dar como assumida a sua caducidade, algo com o qual não concorda. -----

Questionou ainda a legalidade da informação do IHRU sobre a caducidade das ARU e alertou para possíveis consequências das certidões emitidas após essa data. Pediu acesso ao parecer jurídico referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e sugeriu que o assunto seja clarificado junto da Autoridade Tributária para garantir a validade dos atos praticados, evitando problemas futuros. -----

Sobre a implantação da indústria na Zona Industrial de Lordelo Codal, referiu que já tinha manifestado, durante a discussão do PDM, a sua discordância quanto à localização de uma indústria junto a um Jardim de Infância e Escola. Reconheceu, por isso, o debate e os argumentos legais apresentados na Moção pelo Chega, declarou-se contra essa proximidade, independentemente dos aspetos técnicos e legais e questionou dois responsáveis ali presentes, sobre a localização de uma indústria junto a uma escola. Depois defendeu uma solução consensual para o problema, envolvendo todas as bancadas e o proprietário, de forma a servir tanto os interesses deste como da população de Codal e pôr fim à discussão. Informou ainda que, após conversa com o proprietário do terreno em Codal, acredita ser possível uma solução técnica para resolver a questão. -----

No uso da palavra e respondendo aos intervenientes que ainda se encontravam presentes na sessão, o Sr. Presidente explicou que tem reunido com os responsáveis da Sistop para tentar resolver um processo antigo relacionado com a reversão de um terreno para a empresa, problema que se arrasta desde a aprovação do PDM. -----

2026.02.21

Assumi o compromisso de avançar com a solução e o processo foi levado a reunião de Câmara, mas acabou por ser retirado duas vezes por falta de elementos técnicos essenciais, nomeadamente a definição precisa da área a reverter devido à passagem de uma via. -----

Concluiu que a reversão deverá avançar quando estiver devidamente instruída, passando depois pelo Executivo e pela Assembleia Municipal para decisão final. -----

Sobre a intervenção do Sr. Jorge Correia, afirmou não ter estado presente nas negociações entre a REN e os proprietários, tendo delegado essa função no chefe de gabinete, mas deu conta, numa reunião anterior com a REN, que a Câmara Municipal estaria afastada da negociação entre a empresa e os proprietários, afirmando estar disponível, e que, através do Chefe de Gabinete pode agendar uma reunião com o senhor Jorge Correia no Edifício Municipal, como já aconteceu noutras situações para apoio e esclarecimentos. -----

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Aprovação do texto e respetivas minutas. -

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos vinte e oito Membros presentes, aprovar **em minuta** todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta das deliberações que lhes foi distribuída. -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Adriana Helena da Silva Rodrigues, com a presença no Salão Nobre de vinte e oito Deputados Municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas dezoito horas, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa. -----

A Presidente,

O 1º Secretário,

A 2ª Secretária,

